

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Setembro de 2024



banrisul

SUMÁRIO

RELATÓRIOS	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
BALANÇO PATRIMONIAL	16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	17
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	18
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	20
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	21
NOTAS EXPLICATIVAS	22
NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS	22
NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	22
NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	25
NOTA 04 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	36
NOTA 05 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS	37
NOTA 06 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	57
NOTA 07 – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	60
NOTA 08 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	60
NOTA 09 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	60
NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	61
NOTA 11 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO	62
NOTA 12 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	67
NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	67
NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	68
NOTA 15 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	70
NOTA 16 – OUTROS ATIVOS	70
NOTA 17 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	71
NOTA 18 – IMOBILIZADO DE USO	71
NOTA 19 – INTANGÍVEL	72
NOTA 20 – PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	73
NOTA 21 – PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	74
NOTA 22 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	74
NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	76
NOTA 24 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS	76
NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS	77
NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78
NOTA 27 – RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES	80
NOTA 28 – GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO	80
NOTA 29 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	80
NOTA 30 – DESPESA DE PESSOAL	80
NOTA 31 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	81
NOTA 32 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	81
NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	81
NOTA 34 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	82
NOTA 35 – LUCRO POR AÇÃO	82
NOTA 36 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	82
NOTA 37 – COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	93
NOTA 38 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	94
NOTA 39 – OUTRAS INFORMAÇÕES	96



RELATÓRIOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco, em 30 de setembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstrações consolidadas do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações consolidadas do valor adicionado - DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão



conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão,

não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 8 de novembro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. relativas ao primeiro semestre de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Cenário Econômico

A conjuntura econômica internacional nos primeiros nove meses de 2024 foi marcada pela resiliência da atividade acima do que era esperado na maior economia do mundo – os Estados Unidos (EUA) –, enquanto a China e a zona do euro mostraram sinais crescentes de desaceleração do ritmo de expansão econômica. Contudo, a concomitante convergência dos índices de preços ao consumidor às metas, tanto na Europa quanto nos EUA, permitiu um início quase sincronizado de ciclos de afrouxamento monetários pelos principais bancos centrais do globo. Assim, as atenções no contexto externo mostram-se atualmente mais voltadas às preocupações com a possibilidade de escalada de conflitos geopolíticos regionais e de uma desaceleração mais abrupta da atividade econômica global nos próximos trimestres.

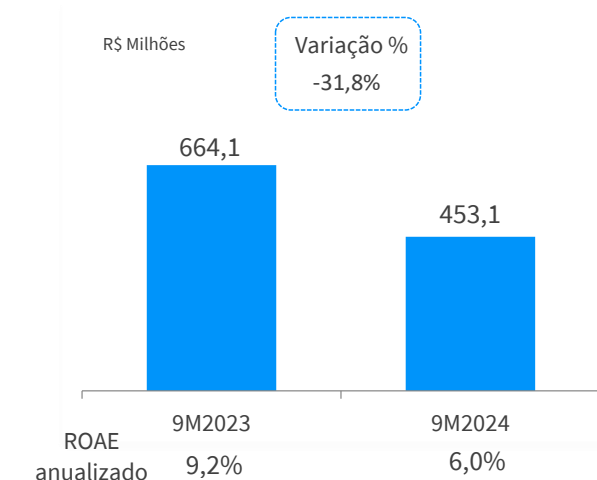
No Brasil, por sua vez, a atividade econômica mostrou-se mais aquecida do que se esperava, com o crescimento bastante disseminado entre os setores da economia e impulsionado conjunturalmente em boa medida por uma maior sustentação da demanda externa e por um impulso fiscal positivo ao longo do ano corrente. Já no que se refere à inflação, viu-se que os preços ao consumidor brasileiro – medidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – apresentaram moderação no início do ano, mas voltaram a se elevar a partir do segundo trimestre, acumulando alta de 4,4% nos 12 meses até setembro, ante uma variação de 4,6% no acumulado em 12 meses até dezembro de 2023. Ademais, foi possível notar uma deterioração adicional e mais duradoura na mediana das projeções de mercado para a inflação dos próximos anos, o que levou o Banco Central do Brasil (Bacen) a iniciar um ciclo de elevação da taxa básica de juros (Selic) em sua reunião de política monetária de setembro.

Influenciado em parte pelo desempenho mais favorável da atividade no Brasil, mas principalmente pela firme expansão do setor agropecuário ante o ano passado, o PIB (Produto Interno Bruto) do Rio Grande do Sul exibiu um ritmo de crescimento mais intenso do que o notado no resto do País no acumulado do ano até junho, apesar dos impactos dos eventos climáticos adversos ocorridos no segundo trimestre de 2024. Conforme dados oficiais, a agropecuária registrou expansão de 37,6% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto o setor industrial do Rio Grande do Sul – diretamente atingido pelas enchentes – teve desempenho modesto, prejudicado pela contração notada no segundo trimestre, e o setor de serviços cresceu marginalmente abaixo do ritmo notado no restante do País. Com relação ao setor externo, as exportações do Estado somaram US\$13,1 bilhões entre janeiro e agosto de 2024, uma queda de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, mas que representa uma desaceleração da queda ante o resultado apurado até maio deste ano. Apesar de ter havido queda também nas exportações do País no período, a redução notada no Rio Grande do Sul (RS) indica um reflexo das consequências dos eventos meteorológicos extremos ocorridos em abril e maio.

Neste contexto, o mercado de crédito no RS voltou a exibir um ritmo de expansão algo mais intenso do que o observado no País, quando considerados os dados acumulados até agosto – os mais recentes disponíveis. No Estado, o saldo de crédito total cresceu 12,9% ante os oito primeiros meses de 2023, liderado pelo bom desempenho do crédito às famílias, que atingiu variação positiva de 14,8% no mesmo período comparativo. A taxa média de inadimplência de janeiro a agosto de 2024 no Rio Grande do Sul alcançou 2,6%, marginalmente acima do notado no mesmo período do ano passado, mas ainda bastante abaixo do registrado no Brasil como um todo (3,2%).

Desempenho Consolidado

Apurado conforme Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS



O lucro líquido, apurado conforme regras do IFRS, dos nove meses de 2024 totalizou R\$453,1 milhões, 31,8% ou R\$211,0 milhões menor que o lucro do mesmo período de 2023, refletindo, especialmente: (i) o crescimento do resultado líquido com juros ajustado (que refere-se à soma de receitas líquidas com juros e similares, ganhos ou perdas líquidos com ativos e passivos financeiros ao valor justo e resultado de variação cambial de ativos e passivos em moeda estrangeira); (ii) o aumento das receitas de prestação de serviços; (iii) o maior fluxo de despesa de perdas de crédito; (iv) o incremento das despesas de pessoal; (v) crescimento de outras despesas administrativas; (vi) resultado desfavorável de outras receitas/despesas

operacionais; (vii) maior fluxo de despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, e (viii) consequente efeito tributário.

Reconciliação da Demonstração do Resultado - R\$ Milhões	9M2024 BRGAAP	Ajuste	9M2024 IFRS	9M2023 IFRS	Δ%
Receita Líquida com Juros e Similares	3.950,8	(13,7)	3.937,0	3.557,0	10,7%
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	65,4	-	65,4	(192,1)	-134,0%
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	85,9	-	85,9	41,9	104,8%
Receita de Prestação de Serviços	1.835,8	-	1.835,8	1.664,1	10,3%
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros Líquida	(683,5)	(379,3)	(1.062,8)	(609,0)	74,5%
Outras Receitas /Despesas Operacionais	(4.412,5)	43,7	(4.368,8)	(3.773,5)	15,8%
Despesas de Pessoal	(1.886,4)	-	(1.886,4)	(1.807,7)	4,4%
Outras Despesas Administrativas	(1.363,4)	14,5	(1.348,8)	(1.227,8)	9,9%
Despesas Tributárias	(410,3)	-	(410,3)	(376,8)	8,9%
Resultado de Participação em Coligadas	64,8	29,2	94,0	77,7	21,0%
Outras Receitas Operacionais	173,5	-	173,5	350,9	-50,6%
Outras Despesas Operacionais	(605,5)	-	(605,5)	(459,6)	31,8%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(385,3)	-	(385,3)	(330,1)	16,7%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	841,9	(349,3)	492,5	688,4	-28,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(209,7)	170,3	(39,4)	(24,4)	61,7%
Lucro Líquido do Período	632,1	(179,0)	453,1	664,1	-31,8%

O patrimônio líquido alcançou R\$10.277,0 milhões no final de setembro de 2024, aumento de 4,2% frente a dezembro de 2023, devido à incorporação dos resultados gerados, ao pagamento de juros sobre o capital próprio, ao provisionamento de dividendos e ao remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (IAS 19). O total em ativos alcançou R\$142.407,7 milhões em setembro de 2024, crescimento de 13,3% frente a dezembro de 2023. Na composição dos ativos, as aplicações em tesouraria (títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, às disponibilidades e aos instrumentos financeiros derivativos) representam 44,3% do total, as operações de crédito 40,6%, os depósitos compulsórios no Bacen 7,3% e os demais ativos 7,8%. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$63.137,1 milhões em setembro de 2024, incremento de 25,5% frente a dezembro de 2023.

Produtos e Serviços

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$57.764,7 milhões em setembro de 2024, com crescimento de 7,5% frente a dezembro de 2023, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo de crédito rural, conta empresarial/garantida e operações de câmbio. O crédito consignado, produto de maior representatividade, 34,5% do total de crédito, apresentou relativa estabilidade no período. Em relação à conta única, produto



lançado no 2T2024, até 30 de setembro de 2024, foi contratado o limite de R\$1.283,6 milhões, dos quais R\$764,2 milhões já foram utilizados.

No âmbito do Programa Re-Empreender RS, do Governo do Estado, firmamos convênio para promover e estimular a oferta de crédito a microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte, situados no Estado e sediadas em áreas atingidas pelo evento climático no 2T2024, com a criação do programa Pronampe Gaúcho Banrisul Reconstruir. Este programa tem subsídio do Governo do Estado de 40% sobre o valor tomado e recursos já disponibilizados no montante de R\$215 milhões.

Divulgamos o contrato guarda-chuva, que facilita o processo de contratação de crédito, na medida em que as garantias são registradas em cartório uma única vez, quando da constituição do contrato de limite, cobrindo diversas operações derivadas. Remodelamos a Conta Empresarial, agora Conta Especial Banrisul Empresas, e vinculamos o Pix à Conta Única, que passou assim a ser incluído como garantia de acordo com a movimentação recebida nas empresas.

Após os eventos climáticos do 2T2024 no Estado, o setor agropecuário do RS atravessou um período de grande mobilização, com esforços direcionados à retomada das atividades no campo e reestruturação da capacidade produtiva das propriedades rurais. Diversas medidas de apoio financeiro aos produtores foram anunciadas pelos governos nos meses seguintes às enchentes, inicialmente tratando de disposições preliminares focadas principalmente no adiamento dos vencimentos das operações de crédito, enquanto as alternativas de reestruturação dos financiamentos foram sendo constituídas ao longo dos meses seguintes, face à complexa estruturação legal e, notadamente, ao impacto fiscal dado o volume de crédito exigido.

Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

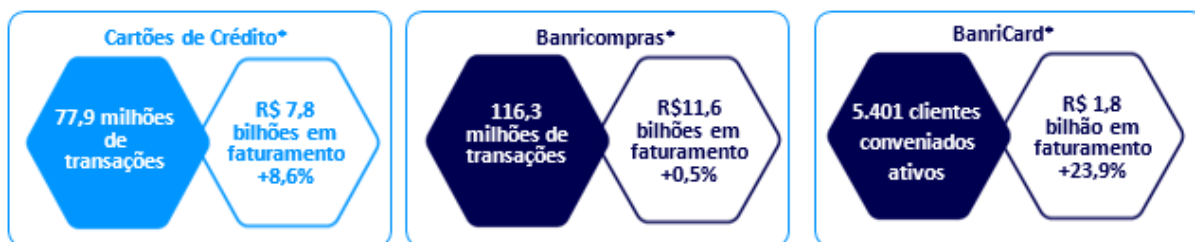
Recursos Captados e Administrados

A captação e administração de recursos alcançou o saldo de R\$111.954,0 milhões em setembro de 2024, alta de 10,2% na comparação com dezembro de 2023, com destaque para o crescimento do depósito a prazo, de 19,2% no período.

Para outras informações sobre a nossa captação de recursos, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,2 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de setembro de 2024. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$490,6 milhões nos nove meses de 2024.



*Nos 9M2024

No Banricompras, ampliamos o limite diário para compras e passamos a emitir esse cartão com a tecnologia de pagamento *Near Field Communication* (NFC), que permite pagamento por aproximação. E o BanriPay (meio de pagamento com Banricompras via celular) passou a se chamar Pagar com Banricompras.

Em julho, passamos a notificar os clientes portadores de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa, via PUSH e SMS, de situações como vencimento de fatura, não identificação do pagamento e adesão ao parcelamento, em linha com a Demanda Legal, Resolução nº 365/23 do Bacen. Além disso, disponibilizamos a solicitação da TAG Banrisul junto ao menu de cartão de crédito no *App* Banrisul.



Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou os 9M2024 com 142,1 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. Foram capturadas 408,7 milhões de transações, incremento de 10,5% em relação aos 9M2023, sendo 289,2 milhões com cartões de débito e 119,5 milhões de transações com cartões de crédito. O volume financeiro transacionado totalizou R\$37,1 bilhões, refletindo crescimento de 10,3% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$20,6 bilhões com cartões de débito e R\$16,5 bilhões com cartões de crédito. A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$6,8 bilhões nos 9M2024, representando 37,7% do volume passível de antecipação, volume este 2,3% superior ao computado nos 9M2023.

Seguridade

Os produtos de seguridade, dentre eles seguros de pessoas, patrimoniais, rurais, planos de previdência e títulos de capitalização, são disponibilizados na rede de agências do Banrisul e também em nossos canais digitais. Foi implantada a comercialização do Seguro Paramétrico, aumentando o portfólio dos seguros do ramo rural, e no segmento empresarial, houve ampliação do limite de cobertura dos seguros patrimoniais. Ainda, objetivando angariar recursos, foi lançada campanha de portabilidade externa de Previdência. A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$2,0 bilhões nos primeiros nove meses de 2024. As receitas totais atingiram R\$272,3 milhões; destas, as receitas de comissões de corretagem corresponderam a R\$215,4 milhões. Em setembro de 2024, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,3 milhões de contratos.

Relacionamento com o Cliente

Seguimos modernizando os pontos físicos de atendimento, e empenhamos esforços no reestabelecimento do funcionamento das agências afetadas pelo evento climático do 2T2024. Os Banripontos, que facilitam o acesso ao sistema bancário, seguem como opção com produtos e serviços oferecidos em horário de atendimento diferenciado e em localidades desassistidas de atendimento bancário, representando o Banrisul com diversificação no portfólio.



Contamos com a Ouvidoria para analisar e buscar a solução das demandas de clientes/usuários como atendimento de última instância quando os canais primários de atendimento não respondem de forma satisfatória. Por meio da Ouvidoria foram tratadas, de janeiro a setembro de 2024, 5.227 demandas, das quais 815 se referiram a protocolos registrados no canal Ouvidoria, inclusive ofícios respondidos, 2.167 corresponderam a demandas recepcionadas através do Bacen e 2.245 foram oriundas de Procons. Essas demandas, após análise criteriosa e identificação da causa raiz, constituem insumo para aprimoramento de processos, produtos e serviços, buscando evitar reincidências, prevenindo a judicialização e repercutindo positivamente para todos os clientes e usuários. As deficiências identificadas no tratamento das demandas são inseridas no mesmo ambiente corporativo utilizado pelas áreas de risco e controle do Banco, contribuindo para a construção de um arcabouço de informações integradas que possibilita aos gestores uma melhor avaliação de seus riscos.

86,0% das operações nos 9M2024
ocorreram nos canais digitais

Governança Corporativa

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Governança Corporativa).

Ações (free float)

Segmento	Porcentagem
PF	45,56%
PJ Estrangeiros	34,06%
PJ Local	20,38%



Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em sete índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista

controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Nossa base acionária conta ainda com outros 169 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%, respectivamente.

A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:





Ratings Banrisul

O *rating* corporativo é uma avaliação da solidez financeira da instituição e de sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. O Banrisul tem sua saúde financeira monitorada pelas três principais agências de classificação de risco de crédito do mercado: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings.

Apresentamos a seguir uma tabela com as notas de longo prazo atribuídas à Instituição:

	Banrisul (Escala Nacional)	Banrisul (Escala Global)	Brasil – Risco Soberano (Escala Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	A+.br	Ba3	Ba1

Todas as informações sobre *Ratings* podem ser encontradas no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Informações ao Mercado/ Ratings).

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. Nos 9M2024 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$221,1 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando informações financeiras da Companhia, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas do Banrisul, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito.

Visando a adequada gestão do risco de crédito, realizamos melhorias sistêmicas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWA_{CPAD} .

Os processos de monitoramento não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que culminassem em aumento do risco de mercado da Instituição no período. O indicador global de risco de mercado permanece em nível adequado à política institucional de risco e ao estabelecido na Declaração de Apetite por Riscos. No âmbito da gestão e mensuração de riscos, implementamos a mensuração da parcela das exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação - RWA_{DRC} .

Ainda, o Banco Central do Brasil deu prosseguimento na agenda de implementação das mudanças relacionadas à terceira fase da adoção do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, também conhecido como *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB), através da consulta pública 102/2024, pelo período de 90 dias, referente à proposta de normativos sobre a nova metodologia padronizada para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco relativos às exposições sujeitas ao risco de mercado (RWA_{MPAD}).

No que se refere ao risco de liquidez, os processos de monitoramento também não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que levassem a um aumento desse risco. Os indicadores de risco permanecem em níveis adequados de acordo com a política de gerenciamento de risco e com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos. Os cenários utilizados nas projeções de resultados dos fluxos de caixa das operações não indicam riscos relevantes de liquidez, e nenhum cenário projetado de estresse nas posições se materializou.

Continuamos a revisão periódica das matrizes de risco operacional da Instituição, que abrange todas as Unidades e Empresas do Grupo Banrisul, objetivando identificar os riscos aos quais estamos expostos, possibilitando gerenciá-los a fim de manter a exposição em níveis adequados. Além disso, iniciamos a revisão das Análises de Impacto nos Negócios dos processos institucionais, objetivando a compreensão das suas criticidades, permitindo assim o direcionamento dos maiores esforços para os processos mais críticos.

A partir da revisão da metodologia de classificação de riscos sociais, ambientais e climáticos, foram definidos limites de exposição a esses riscos, em linha com as melhores práticas e diretrizes regulatórias.

Em relação ao Índice de Basileia, Patrimônio de Referência e Ativos Ponderados pelo Risco, cabe destacar que em janeiro de 2024 as instituições financeiras passaram a calcular o RWA_{SP} (referente às exposições a riscos associados a serviços de pagamento), e estes valores passaram a fazer parte do total dos ativos ponderados pelo risco, base de cálculo para o capital mínimo regulamentar. O índice de Basileia atingiu 17,9% em 30 de setembro de 2024, 7,4 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

A transformação digital, inovação tecnológica, aprimoramento da infraestrutura, atualização do parque de equipamentos das agências e áreas administrativas, além da contínua busca por qualidade e segurança da informação seguem sendo nossas prioridades. Nos nove meses de 2024 os investimentos em modernização tecnológica, que contempla todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$368,7 milhões.

Ações e Iniciativas

Seguimos expandindo os produtos digitais e implementando o *Onboarding Digital*, que simplifica e agiliza os processos e aprimora a experiência do usuário, reforçando nossa segurança e a eficiência operacional, destacando o aperfeiçoamento do reconhecimento facial no aplicativo para a mitigação de fraudes e redução do risco operacional.

Amparados na disponibilidade de tecnologia com métodos seguros de identificação, implementamos a escrituração de cédula de crédito bancário (CCB) no ambiente *mobile* para a contratação de crédito consignado INSS via aplicativo, em linha com os modelos de negócios conduzidos de forma digital e agregando segurança jurídica ao processo.

Implementamos projetos em MVP (*Minimum Viable Product*, ou “produto mínimo viável” em português) – uma versão simplificada de um produto que já atende algumas necessidades dos clientes, dentre eles o site de credenciamento na Vero. No Agrofácil, lançamos a funcionalidade de Protocolo Feiras na Expointer 2024 para conectar as revendas através da plataforma *mobile* BanriConecta e facilitar as negociações de máquinas e equipamentos, e no Aplicativo Banrisul implantamos uma nova ferramenta de comunicação Modal Personalizado para melhorar a assertividade e a experiência dos clientes.

Com uso assertivo de tecnologia implementamos uma solução para a construção de modelos utilizando *Machine Learning* (aprendizagem de máquina), um subconjunto da Inteligência Artificial (IA), para as áreas de

negócio, que segue em evolução com automatização de processos de geração, transformação e carga de arquivos necessários para a aplicação de modelos de IA, que permitiu a utilizar IA como ferramenta de apoio ao processo de deferimento de crédito. No contexto do relacionamento com clientes implantamos o banrichat, no ambiente da Vero, com um agente virtual inteligente (AVI) que possui apoio de uma solução de IA Generativa na curadoria das informações.

A solução de pagamentos Banricompras passou a ter uma área exclusiva com funcionalidades diversas no aplicativo e aperfeiçoamos a tecnologia *contactless* para transações por aproximação, com a tecnologia NFC (*Near Field Communication*). Estamos trabalhando para estender a captura do Banricompras por outras adquirentes do mercado, assim como, homologar, operacionalizar e prestar o suporte necessário.

O modelo de atuação baseado em *Design Thinking* acelera a inovação e permite o desenvolvimento de soluções para problemas complexos, metodologias ágeis e desenvolvimento orientado a resultados - contamos com vinte e um *squads* multidisciplinares distribuídos em núcleos focados no Aplicativo Banrisul, nas soluções Vero, em sistemas voltados para o atendimento na rede de agências e em outras iniciativas específicas.

Em relação à nossa participação no Piloto do Real Digital (DREX), na segunda fase a expectativa é testar a implementação de serviços financeiros disponibilizados por meio de contratos inteligentes, criados e geridos por terceiros participantes da plataforma. Também prosseguimos com a Cooperação Técnica com o SERPRO na área de *Blockchain* com a expectativa de avançar sobre casos de uso reais baseados na rede *Hyperledger Besu*, que foi desenvolvida durante o primeiro semestre. Também fazemos parte do grupo de trabalho sobre o CBDC (*Central Bank Digital Currency* - Real Digital) da Febraban, integrando os *squads* de negócio e técnico.

Em infraestrutura estamos incrementando a capacidade da solução VDI (*Virtual Desktop Infrastructure*) em mais de 70%, ampliando assim a mobilidade e a disponibilidade uma vez que as estações de trabalho poderão ser acessadas de qualquer lugar do mundo, mantendo toda a segurança necessária.

Todas essas iniciativas estão alinhadas à nossa sólida cultura de segurança, que atua continuamente para garantir a conformidade com os requisitos da norma PCI (*Payment Card Industry*) — certificação de segurança voltada para operações com cartões de pagamento — com o objetivo de proporcionar um ambiente robusto, confiável e seguro.

Banritech

O Banritech é o Programa de Inovação Aberta do Banrisul, que conduz diversas iniciativas e projetos internamente e junto ao ecossistema regional e nacional de inovação.

Seguimos com a estruturação da Comunidade de Inovação Banritech e já realizamos as entrevistas com os atores do ecossistema de inovação dentro dos perfis empreendedores, agentes do ecossistema e *advisors* do Banrisul, para validar as diretrizes estabelecidas no 1T2024. As diretrizes que irão nortear a nossa comunidade contemplam três esferas: responsabilidade nas relações, sustentabilidade da comunidade e promoção da cultura de inovação.

Planejamos, por meio do Banritech, o terceiro ciclo de aceleração de *startups* que terá o edital lançado em 2025. Além disso, junto ao parceiro técnico, o TECNOPUC, lançamos o programa de intraempreendedorismo, o “E, se?”, que visa a escuta dos colaboradores na construção de soluções para nossos desafios, com o objetivo também de engajar e promover a cultura de inovação dentro da empresa. Com o objetivo de fomentar a promoção da cultura de inovação entre os colaboradores, estivemos presentes na Semana Caldeira, realizada no Instituto Caldeira, incentivando a participação do quadro funcional e possibilitando o uso dos espaços de *coworking* durante o evento.

Ações de Apoio à Recuperação do Setor Cultural do Rio Grande do Sul

Buscando apoiar a retomada do setor cultural do Rio Grande do Sul, afetado pelas enchentes do 2T2024, através do programa Reconstruir RS, anunciamos ainda naquele período algumas ações: doação de R\$15 milhões para a recuperação de instituições vinculadas à Secretaria de Cultura, distribuição de R\$5 milhões por meio de um edital complementar de patrocínios para projetos culturais e mais R\$5 milhões em patrocínio de eventos tradicionais e solidários.



Deste montante, em 2024 realizamos a doação de R\$2,5 milhões através da subsidiária Banrisul Soluções em Pagamentos S.A à Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ) e Cinemateca Paulo Amorim, e o Banrisul doou R\$8,5 milhões a entidades culturais, montante que se destinou aos seguintes projetos: Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), Museu Estadual do Carvão e Memorial do Rio Grande do Sul. O edital complementar de patrocínios tem 64 projetos habilitados, sendo que R\$480 mil foram destinados até 30 de setembro de 2024.

Sustentabilidade

Conquistamos em agosto, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, reconhecimento que considera a elaboração do inventário completo de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na Instituição, referente às emissões de 2023, e está divulgado na plataforma de Registros Públicos de Emissões da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A elaboração do inventário de GEE nos permite entender a pegada de carbono em relação às nossas atividades diretas e de consumo de energia. Dentre nossas iniciativas para redução de emissões está a migração do consumo de energia para fontes 100% renováveis e a compensação é realizada através da aquisição de créditos de carbono e certificados de energia renovável de projetos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Para reduzir o impacto ambiental e o risco social reaproveitamos os equipamentos, quando adequados, e realizamos o descarte responsável dos materiais eletrônicos obsoletos, em linha com o Projeto Sustentare. Nos nove meses de 2024 doamos 9.385 computadores usados a 980 entidades públicas, em sua maioria escolas estaduais e municipais.

Como forma de apoiar as estratégias para o desenvolvimento rural sustentável nas comunidades onde estamos inseridos, o Programa Sementes atua desde 2008 no incentivo à produção e consumo de produtos orgânicos, distribuindo sementes agroecológicas a grupos de pequenos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, escolas e/ou Universidades. Nos nove meses de 2024 foram distribuídas 10,4 milhões de sementes crioulas e de diversas espécies para 2,4 mil beneficiados.

Pessoas

Nos nove meses de 2024, ingressaram no quadro do Banco 460 empregados, sendo 44 Técnicos de TI. Em julho abrimos um novo processo seletivo de estagiários, com a disponibilização de 336 vagas e cadastro reserva, para as quais 5.264 estudantes se inscreveram.

A educação corporativa é um de nossos recursos estratégicos para alcançar nosso propósito e objetivos, promover a cultura e reforçar os valores organizacionais. Realizamos diversos treinamentos voltados à capacitação e desenvolvimento profissional dos colaboradores. Nos nove meses de 2024 investimos R\$3,8 milhões em programas de incentivo ao ensino superior e na capacitação dos empregados.



Em setembro lançamos a plataforma externa Banrieduca, um espaço dedicado à oferta de cursos para a Comunidade Banrisul, inicialmente com 5 cursos sobre educação financeira, e divulgada através de e-mail para a carteira de clientes e veiculação em nossas mídias.

Intensificamos a oferta de Tradutores e Intérprete de Libras em promoção de eventos, reuniões e treinamentos que promovemos, beneficiando diretamente pessoas surdas, o que tem contribuído para disseminar a importância de cuidados junto ao público ouvinte.



Ações e Programas Culturais e Sociais

O Projeto Pescar Banrisul, o Programa Jovem Aprendiz Legal, as ações de Diversidade, Equidade e Inclusão e a Banrieduca: Educação Financeira, nossas principais ações, seguem em constante evolução – no âmbito dessa última publicamos, no 3T2024, nossa Política Institucional de Educação Financeira.

O **Museu Banrisul** que, além de preservar a história do Banco, valoriza as memórias profissionais de empregados, bem como as vivências de clientes que possuem laços afetivos com a nossa Instituição passou, no trimestre, pela mudança de sua Reserva Técnica, onde estão sendo realizados os procedimentos de avaliação, conservação e restauro por empresa especializada, após as enchentes que afligiram Porto Alegre e interditaram completamente o centro da cidade.

Reconhecimentos

Fevereiro/2024.

Banrisul alcança nível de referência em gestão de sustentabilidade.

O Banrisul alcançou, pela primeira vez, uma nota B no reporte de Mudanças Climáticas no ciclo 2023, do CDP.

Março/2024.

Banrisul recebe reconhecimento pela valorização de mulheres em cargos de liderança.

O Banrisul foi agraciado com o selo *Mais Mulheres na Liderança* entregue pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), prêmio concedido às instituições bancárias do País que possuem duas ou mais mulheres em cargos de direção, realidade que atualmente faz parte de somente 25 dos 125 associados da ABBC.

Banrisul conquista reconhecimento em quatro categorias no Marcas de Quem Decide.

O Banrisul conquistou o reconhecimento nas categorias Grande Marca Gaúcha do Ano, Banco, Empresa Pública Gaúcha e Consórcio na 26ª edição do Marcas de Quem Decide, promovido pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO).

Banrisul é destaque no Relatório Focus – Ranking Top 5 do Banco Central.

O Banrisul obteve posição de destaque no *Ranking Top 5* do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Na edição de março de 2024, o Banrisul aparece em primeiro lugar na projeção de curto prazo para a Taxa Selic. Com nota máxima, o Banrisul demonstra a capacidade analítica e preditiva da Instituição sobre o cenário macroeconômico brasileiro.

Banrisul recebe Selo Verde em energia renovável.

O Banrisul recebeu o Selo Verde 2W, concedido pela 2W *Ecobank*, uma das principais empresas do mercado de energia renovável no Brasil, devido à migração, em 2023, de 90% das unidades para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que passaram a consumir energia limpa e renovável.

Ouvidoria Banrisul recebe distinção nacional.

A Ouvidoria Banrisul foi contemplada, pela quarta vez, com o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente. O trabalho *Pesquisa de satisfação como agente indutor de melhoria no atendimento da Ouvidoria e na experiência do cliente* foi agraciado com um selo na categoria *Melhores Cases*. O documento detalhou a significativa diminuição no percentual de protocolos avaliados com notas baixas a partir da aplicação de um projeto de análise de pesquisa, bem como do tratamento e acompanhamento de demandas.

Abril/2024.

Banrisul é o banco mais lembrado e amado pelos gaúchos.

O Banrisul é destaque da 34ª edição do *Top of Mind 2024*, pesquisa realizada pelo Grupo Amanhã para distinguir as marcas mais lembradas pelos gaúchos. O Banco figura como uma das maiores companhias do Estado na categoria *Grande Empresa/Marca do RS*, considerada a principal do *ranking*. O Banrisul também conquistou o primeiro lugar em duas categorias: como o banco mais lembrado e o banco mais amado - *Love Brands*. Recebeu distinção, ainda, nas categorias *Empresa Pública Eficiente* e *Previdência Privada*.

Junho/2024.

[Banrisul está entre as empresas mais lembradas no futebol do País.](#)

O Banrisul figurou no *ranking* das empresas ligadas aos clubes do futebol brasileiro que foram mais lembradas pelo público. A maioria dos torcedores mantém na memória as marcas que patrocinam os seus clubes de coração, de acordo com o *15º Relatório Convocados* elaborado pela Outfield, em parceria com a Galapagos Capital, que utilizaram dados divulgados pela Sport Track.

Agosto/2024.

[Banrisul recebe troféu Empresa Destaque em Inovação na Educação Corporativa.](#)

O Banrisul foi reconhecido com o troféu Empresa Destaque em Inovação na Educação Corporativa, durante o THINK OUT INNOVATION RH (THOiRH 2024), evento promovido pela RB LEARNING e realizado em Porto Alegre. O encontro reuniu profissionais da área e destacou a importância de universidades corporativas e o papel das inovações tecnológicas e metodológicas para impulsionar o desenvolvimento humano nas empresas. A Universidade Corporativa do Banrisul foi um dos grandes destaques do evento. O reconhecimento recebido pelo Banrisul reflete o compromisso da Instituição com o aperfeiçoamento da formação curricular de seus colaboradores.

[Banrisul recebe Selo Ouro por inventário de gases de efeito estufa.](#)

Pelo terceiro ano consecutivo, o Banrisul conquistou o Selo Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, conforme detalhado no capítulo [Sustentabilidade](#) acima.

Setembro/2024.

[Banrisul é destaque em anuário nacional.](#)

O Banrisul foi destaque no *ranking* dos maiores bancos do Brasil, de acordo com o anuário Melhores e Maiores 2024, da Revista Exame. No *ranking* das 1.000 maiores empresas do Brasil foram destaque o Banrisul e as empresas do Grupo Banrisul: Rio Grande Seguros, Banrisul Corretora de Seguros, Banrisul Administradora de Consórcios, Banrisul Seguridade Participações e Bem Promotora.

Agradecimentos

Seguimos participando ativamente na reconstrução do Rio Grande do Sul por meio de nosso Programa Reconstruir RS e, ao mesmo tempo, olhando para o futuro com o lançamento de novos produtos e serviços digitais. Nossa atuação relevante no cenário econômico e social é resultado do compromisso dos funcionários e da confiança dos clientes, acionistas, investidores e fornecedores.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2024	31/12/2023
Disponibilidades	7	1.207.860	1.123.167
Ativos Financeiros		134.952.278	118.769.994
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	8	10.380.769	11.320.017
Ao Custo Amortizado		100.969.539	98.023.194
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9	4.381.167	6.167.226
Títulos e Valores Mobiliários	10	33.946.091	33.603.576
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	57.764.674	53.758.568
(Provisão para Perda Esperada)	11b	(2.561.706)	(2.200.164)
Outros Ativos Financeiros	15	7.439.313	6.693.988
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		17.855.704	53.998
Títulos e Valores Mobiliários	12	17.855.704	53.998
Ao Valor Justo por meio do Resultado		5.746.266	9.372.785
Títulos e Valores Mobiliários	13	5.611.497	9.372.785
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	134.769	-
Outros Ativos	16	674.580	522.228
Ativos Fiscais		3.961.029	3.612.629
Correntes		337.614	170.219
Diferidos	24a	3.623.415	3.442.410
Investimentos		188.949	178.155
Investimentos em Coligadas	17	188.949	178.155
Imobilizado de Uso	18	905.257	839.583
Imobilizações de Uso		1.945.679	1.820.814
(Depreciação Acumulada)		(1.040.422)	(981.231)
Intangível	19	517.790	621.251
Ativos Intangíveis		1.909.503	2.049.018
(Amortização Acumulada)		(1.391.713)	(1.427.767)
TOTAL DO ATIVO		142.407.743	125.667.007
PASSIVO	Nota	30/09/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros		125.633.438	110.654.978
Ao Custo Amortizado		123.864.684	109.072.613
Depósitos	20	85.041.911	76.761.083
Captações no Mercado Aberto	20	21.370.422	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20	6.471.198	6.213.993
Dívidas Subordinadas	20	407.323	367.738
Obrigações por Empréstimos	20	1.680.728	828.917
Obrigações por Repasses	20	1.895.931	2.207.349
Outros Passivos Financeiros	23	6.997.171	5.920.173
Ao Valor Justo por meio do Resultado	21	1.645.174	1.467.921
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	17.236
Dívidas Subordinadas		1.645.174	1.450.685
Provisão para Perda Esperada		123.580	114.444
Compromissos de Empréstimos		123.091	113.872
Garantias Financeiras		489	572
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	22	2.796.895	2.668.103
Passivos Fiscais		806.614	675.312
Correntes		437.399	262.728
Diferidos	24b	369.215	412.584
Outros Passivos	25	2.893.794	1.802.841
TOTAL DO PASSIVO		132.130.741	115.801.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	10.277.002	9.865.773
Capital Social		8.000.000	5.200.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.485.670	4.957.377
Outros Resultados Abrangentes		(192.789)	(303.505)
Lucros (Prejuízo) Acumulados		(24.387)	-
Participação de Não Controladores		3.410	6.803
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.407.743	125.667.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Valores em Milhares de Reais)

		01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
	Nota				
Receitas com Juros e Similares		3.992.213	11.576.974	3.903.931	11.117.433
Despesas com Juros e Similares		(2.571.597)	(7.639.945)	(2.774.358)	(7.560.471)
Receita Líquida com Juros e Similares	27	1.420.616	3.937.029	1.129.573	3.556.962
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos					
Financeiros ao Valor Justo	28	(51.475)	65.360	4.611	(192.117)
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em					
Moeda Estrangeira		(27.707)	85.903	37.570	41.939
Receitas de Prestação de Serviços	29	630.305	1.835.814	587.956	1.664.080
Provisão para Perdas Esperadas de Ativos					
 Financeiros Líquida		(536.376)	(1.062.766)	(235.843)	(608.968)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil					
Financeiro		(508.760)	(1.038.797)	(232.148)	(643.666)
Outros Ativos Financeiros		(27.616)	(23.969)	(3.695)	34.698
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.491.606)	(4.368.827)	(1.315.757)	(3.773.455)
Despesas de Pessoal	30	(649.794)	(1.886.393)	(613.215)	(1.807.705)
Outras Despesas Administrativas	31	(479.031)	(1.348.831)	(410.317)	(1.227.819)
Despesas Tributárias		(134.745)	(410.259)	(129.073)	(376.811)
Resultado de Participação em Coligadas	17	24.835	93.995	25.685	77.697
Outras Receitas Operacionais	32	64.799	173.480	102.916	350.898
Outras Despesas Operacionais	33	(197.117)	(605.514)	(165.834)	(459.589)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	22	(120.553)	(385.305)	(125.919)	(330.126)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		(56.243)	492.513	208.110	688.441
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o					
 Lucro	34	80.560	(39.390)	(16.708)	(24.364)
Correntes		(90.483)	(357.175)	(93.951)	(270.733)
Diferidos		171.043	317.785	77.243	246.369
Lucro Líquido do Período		24.317	453.123	191.402	664.077
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		24.163	452.701	191.102	663.422
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não					
Controladores		154	422	300	655
Lucro por Ação	35				
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R\$)					
Ação Ordinária		0,06	1,11	0,47	1,62
Ação Preferencial A		0,06	1,14	0,47	1,71
Ação Preferencial B		0,06	1,11	0,47	1,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

(Valores em Milhares de Reais)

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas	24.317	453.123	191.402	664.077
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	12.757	9.902	9.525	(5.015)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados				
Abrangentes	12.757	9.902	286	4.912
Variação de Valor Justo	23.110	17.248	(924)	7.115
Efeito Fiscal	(10.353)	(7.346)	1.210	(2.203)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	-	-	9.239	(9.927)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	-	100.814	-	(126.373)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	100.814	-	(126.373)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	183.029	-	(229.465)
Efeito Fiscal	-	(82.215)	-	103.092
Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social	12.757	110.716	9.525	(131.388)
Total do Resultado Abrangente do Período Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social	37.074	563.839	200.927	532.689
Resultado Abrangente Atribuível aos Controladores	36.920	563.417	200.627	532.034
Resultado Abrangente Atribuível aos Não Controladores	154	422	300	655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em Milhares de Reais)

	Atribuível aos Acionistas da Controladora												
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Especial de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ações em Tesouraria	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado
				Legal	Estatutária	Para Expansão							
Saldo em 01 de janeiro de 2023		5.200.000	4.511	715.823	2.666.811	993.088	-	(66.161)	-	-	9.514.072	6.234	9.520.306
Outros Resultados Abrangentes													
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-		4.912	-	-	4.912	-	4.912
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-		(126.373)	-	-	(126.373)	-	(126.373)
Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-		(9.927)	-	-	(9.927)	-	(9.927)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-		-	-	-	-	(539)	(539)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-		-	4.351	-	4.351	-	4.351
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-		-	663.422	-	663.422	655	664.077
Destinação do Lucro Líquido	26d							-	-		-		
Constituição de Reservas		-	-	21.965	109.822	53.434		-	(185.221)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-		-	(360.000)	-	(360.000)	-	(360.000)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-		-	-	(14.520)	(14.520)	-	(14.520)
Saldo em 30 de setembro de 2023		5.200.000	4.511	737.788	2.776.633	1.046.522	-	(197.549)	122.552	(14.520)	9.675.937	6.350	9.682.287
Saldo em 01 de janeiro de 2024		5.200.000	5.098	759.328	2.884.337	1.313.712	-	(303.505)	-	-	9.858.970	6.803	9.865.773
Aumento de Capital		2.800.000	-	-	(1.682.801)	(1.117.199)	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes													
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-		9.902	-	-	9.902	-	9.902
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-		100.814	-	-	100.814	-	100.814
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-		-	-	-	-	(3.815)	(3.815)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-		-	4.351	-	4.351	-	4.351
Ajuste de Períodos Anteriores		-	-	-	-	(3.146)		-	-	-	(3.146)	-	(3.146)
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-		-	452.701	-	452.701	422	453.123
Destinação do Lucro Líquido	26d										-		
Constituição de Reservas		-	-	21.731	108.652	129.937		-	(260.320)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-		-	(150.000)	-	(150.000)	-	(150.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	71.119	-	(71.119)	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2024		8.000.000	5.098	781.059	1.310.188	323.304	71.119	(192.789)	(24.387)	-	10.273.592	3.410	10.277.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	492.513	688.441
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Depreciação e Amortização	306.557	275.242
Resultado de Participações em Coligadas	(93.995)	(77.697)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	335.256	69.392
Perda Esperada de Ativos Financeiros	1.062.766	608.968
Provisões para Riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	385.305	330.126
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa	-	5.655
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.488.402	1.900.127
Variações Patrimoniais	14.709.295	3.842.461
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	242.106	(331.834)
(Aumento) Redução em Depósito Compulsório no Banco Central	939.248	(685.380)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.788.884	(149.049)
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(152.005)	(15.383)
(Aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(4.707.330)	(3.879.070)
(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(704.344)	(352.727)
(Aumento) em Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(30.615)	(344.436)
(Aumento) em Outros Ativos	(152.352)	(28.918)
(Redução) em Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(256.513)	(308.186)
Aumento em Depósitos	8.280.828	2.007.917
Aumento em Captações no Mercado Aberto	4.597.062	6.074.856
Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	257.205	1.736.589
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	540.393	(504.816)
Aumento em Outros Passivos Financeiros	1.012.682	155.506
Aumento em Passivos Fiscais	100.358	299.951
Aumento em Outros Passivos	1.228.086	421.905
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(274.398)	(254.464)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	17.197.697	5.742.588
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Coligadas	39.679	87.848
(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(17.801.706)	(3.351)
(Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado Títulos e Valores Mobiliários	(342.515)	(1.139.152)
Alienação de Investimentos	-	125
Alienação de Imobilizado de Uso	19.267	7.367
Alienação de Intangível	88	-
Aquisição de Investimentos	-	(2.814)
Aquisições de Imobilizado de Uso	(153.021)	(124.899)
Aquisição de Intangível	(61.652)	(114.709)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimento	(18.299.860)	(1.289.585)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(101.182)	(94.957)
Dividendos Pagos	(74.926)	(14.827)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(150.000)	(360.000)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores	(3.393)	116
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(329.501)	(469.668)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes a Caixa	(1.431.664)	3.983.335
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	5.665.478	3.439.759
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa	-	(5.655)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	4.233.814	7.417.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Receitas (a)	12.674.765	12.373.265
Juros e Similares	11.728.237	10.967.255
Prestação de Serviços	1.835.814	1.664.080
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(1.062.766)	(608.968)
Outras	173.480	350.898
Despesas (b)	(7.639.945)	(7.560.471)
Juros e Similares	(7.639.945)	(7.560.471)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(2.003.853)	(1.719.188)
Materiais, Energia e Outros	(1.678.774)	(1.352.711)
Serviços de Terceiros	(325.079)	(366.477)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	3.030.967	3.093.606
Depreciação e Amortização (e)	(306.557)	(275.229)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	2.724.410	2.818.377
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	93.995	77.697
Resultado de Participações em Coligadas	93.995	77.697
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	2.818.405	2.896.074
Distribuição do Valor Adicionado	2.818.405	2.896.074
Pessoal	1.645.004	1.573.124
Remuneração Direta	1.145.506	1.114.160
Benefícios	425.753	388.761
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	73.745	70.203
Impostos, Taxas e Contribuições	691.038	635.756
Federais	626.136	561.670
Estaduais	118	54
Municipais	64.784	74.032
Remuneração de Capitais de Terceiros	29.240	23.117
Aluguéis	29.240	23.117
Remuneração de Capitais Próprios	453.123	664.077
Juros sobre o Capital Próprio	150.000	360.000
Dividendos	71.119	-
Lucros Retidos do Período	231.582	303.422
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	422	655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição”), principal empresa do Grupo Banrisul, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

(a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banrisul foram elaboradas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN nº 4.818/20.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS de 2024, houve a reclassificação entre grupos do Balanço Patrimonial, e consequentemente na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2023 e 30 de setembro de 2023 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO				
De	Para	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		11.550.124	(5.629.951)	5.920.173
	Depósitos	71.131.132	5.629.951	76.761.083

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
De	Para	Publicado em 30/09/2023	Reclassificações	30/09/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		1.221.968	(1.066.462)	155.506
	Depósitos	941.455	1.066.462	2.007.917

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas para o período apresentado foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de novembro de 2024.

(b) Principais Alterações e Pronunciamentos Emitidos

(b.1) Adoção de Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas entraram em vigência no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: estas alterações esclarecem como as condições que uma entidade deve cumprir no prazo de doze meses após o período de relatório afetam a classificação de um passivo como circulante e não circulante, e inclui requisitos de divulgação para passivos com *covenants* classificados como não circulantes. As alterações visam também melhorar a informação que uma entidade presta relativamente a responsabilidades sujeitas a estas condições. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não houve impacto material para o Banrisul.

Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos: o IASB emitiu alterações de escopo restrito aos requisitos para transações de venda e relocação na IFRS 16, explicando como uma entidade contabiliza uma venda e relocação após a data da transação. Após a data de início, o vendedor-arrendatário aplica os requisitos de mensuração subsequente da IFRS 16 ao ativo de direito de uso e ao passivo de locação que surgem da relocação, incluindo os requisitos de modificação da locação. Ao aplicar estes requisitos, o vendedor-arrendatário determina os pagamentos do arrendamento ou pagamentos variáveis de uma forma que o vendedor-arrendatário não reconheceria qualquer quantia de ganho ou perda relacionada com o direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não houve impacto material para o Banrisul.

Alterações da IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: essas alterações exigem divulgações para aumentar a transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma empresa. Os requisitos de divulgação são a resposta do IASB às preocupações dos investidores de que os acordos de financiamento de fornecedores de algumas empresas não são suficientemente visíveis, dificultando a análise dos investidores. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não houve impacto material para o Banrisul.

(b.2) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis em Períodos Futuros

Alteração da IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: as mudanças exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e a emenda esclarece como as empresas devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas, quando uma moeda for difícil, ou não puder, ser trocada. As alterações incluem novas divulgações para ajudar os investidores a entender os efeitos, riscos e taxas estimadas e técnicas usadas quando uma moeda não é trocável. As alterações da IAS 21 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, podendo antecipar a adesão. Não são esperados impactos para o Banrisul.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia



os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. O IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o que uma entidade relata como seu “lucro ou prejuízo operacional”.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em ou após 1º de janeiro de 2027 e também se aplica a informações comparativas. O Banrisul está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações: este novo padrão permite que subsidiárias qualificadas usem Padrões de Contabilidade IFRS com divulgações reduzidas. Quando uma empresa controladora prepara demonstrações financeiras consolidadas que atendem aos Padrões de Contabilidade IFRS, suas subsidiárias são obrigadas a reportar à controladora usando os Padrões de Contabilidade IFRS. No entanto, para suas próprias demonstrações financeiras, as subsidiárias têm permissão para usar os Padrões de Contabilidade IFRS, o Padrão de Contabilidade IFRS para PMEs ou padrões de contabilidade nacionais. Subsidiárias que usam o Padrão de Contabilidade IFRS para PMEs ou padrões de contabilidade nacionais para suas próprias demonstrações financeiras geralmente mantêm dois conjuntos de registros contábeis porque os requisitos nesses Padrões diferem daqueles nos Padrões de Contabilidade IFRS.

Subsidiárias que usam os Padrões de Contabilidade IFRS para suas próprias demonstrações financeiras fornecem divulgações que podem ser desproporcionais às necessidades de informação de seus usuários.

O IFRS 19 resolverá esses desafios ao: permitir que as subsidiárias mantenham apenas um conjunto de registros contábeis — para atender às necessidades tanto da empresa controladora quanto dos usuários de suas demonstrações financeiras; e reduzir os requisitos de divulgação — o IFRS 19 permite divulgações reduzidas mais adequadas às necessidades dos usuários de suas demonstrações financeiras.

A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade das informações para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 pode ser aplicado assim que for emitido. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Emenda ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: essas alterações esclarecem os requisitos para o momento do reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro, esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros (SPPI), adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas à obtenção de metas ambientais, sociais e de governança (ESG)) e fazem atualizações nas divulgações para instrumentos de patrimônio designados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (FVOCI). As alterações têm vigência em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: o IFRS S1 prescreve como uma entidade deve preparar e relatar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade informações referentes ao fornecimento de recursos à entidade, tais como as informações que possam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo, de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento. O IFRS S1 é efetivo para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida, desde que o IFRS 2 – Divulgações Relacionadas ao Clima também sejam aplicados. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: o IFRS S2 prescreve como uma entidade deve divulgar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade informações referentes aos riscos e oportunidades associadas ao clima que poderiam afetar razoavelmente os fluxos de caixa dessa entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio ou longo prazo de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao clima; e os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo se e como esses processos são integrados e informam o processo geral de gerenciamento de risco da entidade; e o desempenho da entidade em relação aos seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento. O IFRS S2 é efetivo para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida, desde que o IFRS 1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade também sejam aplicados. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações do Banrisul, da dependência no exterior, das empresas controladas e as cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação Total	
		30/09/2024	31/12/2023
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	99,82%	99,82%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação Total	
		30/09/2024	31/12/2023
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%	49,99%

Transações com Participações de Não Controladores: o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

**(b) Conversão de Moeda Estrangeira**

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

Transações e Itens do Balanço Patrimonial: as transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na Demonstração do Resultado. As variações cambiais de investimentos no exterior são registradas na Demonstração do Resultado Abrangente.

Conversão para Moeda de Apresentação: as demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido, compondo o resultado abrangente.

(c) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(d) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Banrisul são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios: ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, e ao Valor Justo por meio do Resultado.

(d.1) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Banrisul classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Ativos Financeiros ao Custo Amortizado:
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*);
 - Inicialmente reconhecidos pelo valor contratado adicionado aos custos de transação; e
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica resultado abrangente acumulado.



- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir descasamentos contábeis;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados, e das características de seus fluxos de caixa (SPPI Test).

Modelo de Negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração do Banrisul (Administração) em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessária a aplicação do SPPI Test.

Para avaliar os modelos de negócios o Banrisul considera: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do Banrisul, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

SPPI Test: consiste na avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros.

Custo Amortizado: é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva: é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor Justo: é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 5g.

O valor justo é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros ao valor justo. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Resultado como receita de dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do Banrisul de receber tais dividendos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação.



Perda de Crédito Esperada: o Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados – ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes –, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira:

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber; e
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo e a localização geográfica da contraparte, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio com base na extensão da deterioração do crédito desde a origem conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá retornar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo, conforme estudo efetuado pelo Banrisul.

Default e Write-Off: a IFRS 9 não define o *default*, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição é superior a 90 dias de atraso, parâmetro este utilizado pelo Banrisul. Os ativos são baixados (*write-off*) quando não existem mais expectativas razoáveis de recuperar os fluxos de caixa contratuais sobre a totalidade ou parte do ativo financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Conforme a IFRS 9, tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a origem da operação.

**(d.2) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros**

O Banrisul classifica suas operações passivas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e longo prazo que são inicialmente reconhecidas pelo seu valor contratado, adicionado aos custos de transação.

Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado: são incluídos os passivos financeiros que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado quando são adquiridos ou incorridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como valor justo por meio do resultado. A dívida subordinada, por ser objeto de *hedge*, dessa forma, é classificada nessa categoria.

(d.3) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(d.4) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

O Banrisul continua aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na *International Accounting Standards* (IAS) 39, conforme faculdade prevista na IFRS 9. O Banrisul não adota a contabilização de instrumentos financeiros nas categorias *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

(d.5) Operações de Crédito

A área de risco de crédito e a área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na *probability of default* (PD) ou na *loss given default* (LGD). Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de apuração das perdas esperadas de crédito.

(d.6) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro no qual o Banrisul atua como arrendador, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um recebível na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, conforme descrito na Nota 11.

Os custos diretos iniciais, quando incorridos pelo Banrisul, são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais. O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banrisul e é feito na rubrica receita com juros e similares.

(d.7) Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

(e) Investimentos em Coligadas

Os investimentos em coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base no valor dos lucros ou prejuízos do período ou

dos outros resultados abrangentes da coligada, observando as mesmas práticas contábeis da investidora, sendo reconhecidos no resultado do período ou em outros resultados abrangentes, respectivamente.

(f) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

(g) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

O Banrisul é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades operacionais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica outros passivos financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica despesa com juros e similares, na Demonstração do Resultado.

(h) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 19). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5 a 10
Softwares	8

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.



Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(i) Bens Destinados à Venda

São registrados no Balanço Patrimonial no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo. Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração do Resultado na rubrica outras despesas operacionais. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O crédito tributário ou obrigação fiscal de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas, e, para os ativos registrados na rubrica créditos tributários, em contrapartida do resultado do período. Havendo alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização dos fatos geradores e respectivas provisões constituídas.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 24 e 34.

(k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes, dos ativos contingentes são efetuados de acordo com a IAS 37, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(I) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(o) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) é considerado como um dividendo e apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.



Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

(p) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(q) Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas dentro de rubrica receitas com juros e similares e despesas com juros e similares na Demonstração do Resultado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é aquele utilizado para calcular o Custo Amortizado de ativo ou de passivo financeiro e alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro – ou por um período mais curto, conforme o caso –, resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

(r) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 29.

(s) Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços. A partir de 2024 a Administração passou a considerar os segmentos operacionais do Banrisul e suas controladas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos, conforme apresentado na Nota 6.



NOTA 04 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos divulgados. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Cotados em Mercado Ativo

É determinado por meio de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por equipe técnica independente da área que as criou. As técnicas aplicadas estão em linha com os requerimentos da IFRS 13 para técnicas de valor presente sobre fluxo de caixa descontado no qual considera a taxa livre de risco, preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa e outros fatores que os participantes do mercado levariam em consideração nas circunstâncias.

Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos. Em termos práticos, os modelos usam apenas dados observáveis, no entanto, áreas com volatilidade e correlações de risco de crédito (próprias e da contraparte) requerem estimativas por parte da Administração. Alterações nas premissas construídas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo divulgado de instrumentos financeiros.

(b) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com data de referência 30/06/2024 conforme a *duration* de cada plano.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 36.

(c) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 22.

(d) Perdas de Crédito Esperada

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados – ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes –, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, que a vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

**(e) Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito**

Para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem, usando indicadores-chave de risco dos processos de gerenciamento de riscos existentes do Banrisul. Em cada data de reporte, a identificação de mudança no risco de crédito é avaliada individualmente para aqueles considerados individualmente significativos, e com a utilização de modelos massificados no nível de portfólio. Essa avaliação permite que o risco de crédito dos ativos financeiros volte para o estágio 1 se o aumento do risco de crédito desde a origem tiver diminuído e já não for considerado significativo, conforme apresentado na Nota 3d.1.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Transferência de Ativos Financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros: quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

NOTA 05 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul são processos contínuos.

**(a) Estrutura Integrada de Gestão**

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É

responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

As operações de crédito segmentadas por risco de exposição estão apresentadas na Nota 5d.5. Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

	30/09/2024	31/12/2023
Setor Público	168.337	136.241
Administração Pública – Direta e Indireta	168.337	136.241
Setor Privado	57.596.337	53.622.327
Pessoa Jurídica	12.010.513	11.193.907
Agropecuário	333.001	294.449
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.675.551	1.558.414
Automotivo	576.949	556.093
Celulose, Madeira e Móveis	265.476	279.503
Comércio Atacadista Alimentos	739.823	582.143
Comércio Atacadista exceto Alimentos	763.259	707.649
Comércio Varejista – Outros	1.364.769	1.283.677
Construção e Imobiliário	1.025.211	911.066
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.463.033	1.348.900
Eletroeletrônico e Informática	321.696	349.947
Financeiro e Seguro	218.051	212.709
Máquinas e Equipamentos	214.698	287.857
Metalurgia	341.754	257.247
Obras de Infraestrutura	33.429	38.017
Petróleo e Gás Natural	388.029	373.457
Químico e Petroquímico	559.127	578.797
Serviços Privados	486.698	505.539
Têxtil, Confecções e Couro	378.408	331.256
Transportes	384.243	380.728
Outros	477.308	356.459
Pessoa Física	45.585.824	42.428.420
Total de Operações de Crédito	57.764.674	53.758.568

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações



em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Ainda, são realizados procedimentos de *Backtesting* de Provisão mediante acompanhamento de safra, avaliando se a provisão da data-base foi suficiente para cobrir pendências e possíveis baixas a prejuízo. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, através de análise individualizada ou de forma coletiva.

A política operacional exige a avaliação dos ativos financeiros individuais trimestralmente, ou quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Esse tratamento é aplicável às operações de crédito individualmente relevantes para a entidade. Para ativos financeiros avaliados coletivamente, definidos por grupos de ativos financeiros associados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, a avaliação é realizada mensalmente.

As provisões para perdas esperadas sobre contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação caso a caso, onde são utilizadas informações prospectivas e de mercado. São consideradas exposições individualmente significativas operações de crédito de clientes com saldo superior ao nível mínimo de alçada de aprovação no Comitê de Risco da Direção-Geral, alinhado a critérios de atraso e risco.

Provisões para perdas esperadas avaliadas coletivamente são estabelecidas para carteiras de ativos homogêneos que individualmente não são significativos, levando em consideração seu comportamento histórico, projeções de cenários macroeconômicos e técnicas de estatísticas.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	30/09/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	103.617.397	100.295.597
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.392.092	6.167.235
Títulos e Valores Mobiliários	33.969.983	33.624.096
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	57.764.674	53.758.568
Outros Ativos Financeiros	7.490.648	6.745.698
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	17.855.704	53.998
Títulos e Valores Mobiliários	17.855.704	53.998
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	5.746.266	9.372.785
Títulos e Valores Mobiliários	5.611.497	9.372.785
Instrumentos Financeiros Derivativos	134.769	-
Off Balance	22.212.721	19.776.664
Garantias Financeiras	143.805	152.957
Crédito Imobiliário	650.944	515.680
Cheque Especial	5.540.903	4.937.938
Cartão de Crédito	4.509.365	4.148.448
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	5.224.197	4.511.087
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.884.375	4.230.142
Outros Limites Pré-Aprovados	1.259.132	1.280.412
Total	149.432.088	129.499.044

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, estão resumidas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Carteira de Crédito	Perda Esperada
Pessoa Física	41.926.659	459.373	2.652.053	227.901	1.007.112	784.020	45.585.824	1.471.294
Conta Garantida	16.422	157	-	-	-	-	16.422	157
Cartão de Crédito	2.147.845	87.475	89.475	18.918	75.851	52.235	2.313.171	158.628
Crédito Consignado	19.263.274	72.470	256.652	113.337	418.517	340.421	19.938.443	526.228
Crédito Pessoal – não Consignado	2.965.736	184.540	46.930	10.352	266.507	224.670	3.279.173	419.562
Crédito Imobiliário	5.807.114	36.911	56.662	407	12.609	8.585	5.876.385	45.903
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	10.761.490	49.723	1.847.565	28.784	132.423	82.785	12.741.478	161.292
Outros	964.778	28.097	354.769	56.103	101.205	75.324	1.420.752	159.524
Pessoa Jurídica	10.434.056	344.242	1.337.039	446.385	407.755	299.785	12.178.850	1.090.412
Câmbio	1.542.943	52.261	73.349	30.102	19.217	18.503	1.635.509	100.866
Capital de Giro	3.339.314	184.254	112.714	35.760	60.384	54.578	3.512.412	274.592
Conta Empresarial/Garantida	1.119.505	24.386	3.590	213	41.212	32.792	1.164.307	57.391
Crédito Imobiliário	284.664	150	209.318	434	-	-	493.982	584
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.392.790	41.795	465.624	46.462	216.841	135.311	4.075.255	223.568
Outros	754.840	41.396	472.444	333.414	70.101	58.601	1.297.385	433.411
Total em 30/09/2024	52.360.715	803.615	3.989.092	674.286	1.414.867	1.083.805	57.764.674	2.561.706
Total em 31/12/2023	48.141.081	570.907	4.430.616	740.049	1.186.871	889.208	53.758.568	2.200.164

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	30/09/2024	31/12/2023
Não vencidos	51.530.407	47.236.996
Vencidos em até 30 dias	830.308	904.085
Total	52.360.715	48.141.081

	30/09/2024	31/12/2023
Avaliação Coletiva	52.360.715	48.141.081
Avaliação Individual	-	-
Total	52.360.715	48.141.081

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Estes critérios são aplicados tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	30/09/2024	31/12/2023
Não Vencidos	3.475.863	3.762.777
Vencidos em até 30 dias	35.953	36.063
Vencidos de 31 a 60 dias	250.690	397.809
Vencidos de 61 a 90 dias	226.586	233.967
Total	3.989.092	4.430.616

	30/09/2024	31/12/2023
Avaliação Coletiva	3.481.213	3.628.852
Avaliação Individual	507.879	801.764
Total	3.989.092	4.430.616

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	30/09/2024	31/12/2023
Não Vencidos	191.074	99.191
Vencidos em até 30 dias	4.829	8.097
Vencidos de 31 a 60 dias	7.013	14.646
Vencidos de 61 a 90 dias	11.499	16.188
Vencidos a mais de 90 dias	1.200.452	1.048.749
Total	1.414.867	1.186.871

	30/09/2024	31/12/2023
Avaliação Coletiva	1.356.817	1.117.636
Avaliação Individual	58.050	69.235
Total	1.414.867	1.186.871

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R\$565.928 (31/12/2023 – R\$870.999), excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	30/09/2024	31/12/2023
Maior Devedor	14,70%	11,44%
Cinco Maiores Devedores	47,53%	38,91%
Dez Maiores Devedores	70,56%	60,64%
Vinte Maiores Devedores	95,57%	84,21%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas. Após a renegociação, uma operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro, mesmo que ainda não esteja vencida, tem seu prazo alterado e é retornada à condição de normalidade, e sua administração é efetuada com outras contas similares, renegociadas ou não.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados. O total das operações de crédito renegociadas no período de janeiro a setembro de 2024 totalizaram R\$502.118 (01/01 a 30/09/2023 – R\$520.966).

(d.6) Retomadas de Garantias

Os ativos retomados são classificados e reconhecidos como ativos no efetivo registro da propriedade. Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo. Reduções posteriores no valor justo



do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações periódicas que são divulgadas previamente ao mercado. Os bens retomados (natureza do ativo) no período de janeiro a setembro de 2024 totalizaram R\$13.112 (01/01 a 30/09/2023 – R\$21.224).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado periodicamente aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (RRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução CMN nº 4.557/17 a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado e o risco de taxa de juros das suas operações por meio da utilização de metodologias como o Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR), *Maturity Ladder*, e valor econômico (*Economic Value of Equity* – EVE) – impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição –, a Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (*Net Interest Income* – NII) – impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul –, e pela realização de análise de sensibilidade das carteiras que possuem exposição ao risco de mercado.

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo

observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (*Crédit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB*): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. a metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de

um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar o risco de câmbio (Pcam), risco de ações (Pacs), o risco de índices de preços (Pjur3) e exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1) considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para ações é calculada por meio de modelo quantitativo a partir de variáveis macroeconômicas;
- Para exposições em taxas de juros prefixadas por variações da taxa CDI;
- Para exposições em Cupons de Índices de Preços por variações do IPCA; e
- Para câmbio é utilizada a flutuação cambial nas exposições de risco.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade referente ao período findo em 30 de setembro de 2024 para a Carteira *Trading*.

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações ⁽¹⁾	
1	1%	4.058	3.539	-	7.597
2	25%	3.286	88.478	-	91.764
3	50%	2.356	176.956	-	179.312

(1) O Fator de Risco Ações não teve mensuração da análise de sensibilidade pois, a Instituição liquidou todas as posições existentes.

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os Cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/09/2024;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/09/2024;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/09/2024;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco Moeda Estrangeira, foi considerada a cotação de R\$5,4481 de 30/09/2024 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de

risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do Cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Taxas de Juros – Prefixado” a maior perda, que representa 53,4% da perda esperada neste cenário. Nos Cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas” representando respectivamente 96,4% e 98,7%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no Cenário 3, no valor total de R\$179.312.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/09/2024.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. O Cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os Cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/09/2024.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado em 30/09/2024.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Banking</i>	Alta do dólar	16.563	414.066	828.132
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Alta do dólar	16.584	414.607	829.214
Efeito Líquido			(21)	(541)	(1.082)

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(16.563)	(414.066)	(828.132)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(16.584)	(414.607)	(829.214)
Efeito Líquido			21	541	1.082

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os Cenários 1, 2 e 3. O Cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os Cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/09/2024.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	<i>Trading</i>	Alta da Taxa Futura de DI	(1.622)	(39.535)	(76.915)
FUT DI1	<i>Trading</i>	Baixa da Taxa Futura de DI	1.626	41.879	86.305

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação em 30 de setembro de 2024

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*.

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	1.451
Total		1.451

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (Cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	48.460
	TLP	110
Cupom de Índices	Outros	72
	Dólar Canadense	5
Cupom de Moedas	Outros	4
	TR	(104.135)
Cupom de Taxas	TJLP	(935)
DI	CDI	(2.266.221)
Selic	SELIC	2.604.665
Total		282.025

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada no período findo em 30 de setembro de 2024 é de R\$293.975 (31/12/2023 – R\$614.486). O consumo de capital apresentado no período findo em 30 de setembro de 2024 é de R\$66.419 (31/12/2023 – R\$158.940).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWAcam. O valor verificado no período findo em 30 de setembro de 2024 foi de R\$830.286 (31/12/2023 – R\$1.956.820).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		30/09/2024	31/12/2023
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	9.900.872	-	-	-	9.900.872	10.573.709
Ao Custo Amortizado						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.980.007	793.609	618.476	-	4.392.092	6.167.235
Títulos e Valores Mobiliários	27.539	7.266.488	21.449.156	5.226.800	33.969.983	33.624.096
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.576.587	14.017.571	23.645.333	9.525.183	57.764.674	53.758.568
Outros Ativos Financeiros	-	4.980.976	2.509.672	-	7.490.648	6.745.698
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes						
Títulos e Valores Mobiliários	54.158	-	4.674.366	13.127.180	17.855.704	53.998
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Títulos e Valores Mobiliários	1.060.159	2.437.739	2.097.052	16.547	5.611.497	9.372.785
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.767	132.002	-	134.769	-
Total de Ativos Financeiros	24.599.322	29.499.150	55.126.057	27.895.710	137.120.239	120.296.089
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	25.928.791	4.442.376	40.301.001	11.194.670	81.866.838	71.525.364
Captações no Mercado Aberto	21.360.422	10.000	-	-	21.370.422	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	181.010	3.068.117	3.222.071	-	6.471.198	6.213.993
Dívidas Subordinadas	-	-	-	407.323	407.323	367.738
Obrigações por Empréstimos	349.060	1.303.014	28.654	-	1.680.728	828.917
Obrigações por Repasses	67.198	392.938	1.435.795	-	1.895.931	2.207.349
Outros Passivos Financeiros	17.942	6.835.824	136.102	7.303	6.997.171	5.920.173
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	17.236
Dívidas Subordinadas	-	37.426	1.607.748	-	1.645.174	1.450.685
Total de Passivos Financeiros	47.904.423	16.089.695	46.731.371	11.609.296	122.334.785	105.304.815
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(23.305.101)	13.409.455	8.394.686	16.286.414	14.785.454	14.991.274

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		30/09/2024	31/12/2023
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	29.177.927	4.522.631	40.792.725	11.331.259	85.824.542	77.300.860
Captações no Mercado Aberto	21.371.355	10.000	-	-	21.381.355	16.778.172
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	181.293	3.072.915	3.227.110	-	6.481.318	6.215.809
Dívidas Subordinadas	-	-	-	407.323	407.323	367.738
Obrigações por Empréstimos	349.060	1.303.014	28.654	-	1.680.728	828.917
Obrigações por Repasses	73.087	419.224	1.571.464	-	2.063.775	2.408.588
Outros Passivos Financeiros	26.208	6.857.500	222.144	7.506	7.113.358	6.003.276
Ao Valor Justo por Meio do Resultado						
Dívidas Subordinadas	-	87.851	1.678.355	-	1.766.206	1.653.393
Total de Passivos Financeiros (Datas de Vencimentos Contratuais)	51.178.930	16.273.135	47.520.452	11.746.088	126.718.605	111.556.753
Total de Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	24.943.657	31.320.662	67.097.616	36.716.306	160.078.241	142.713.706
Disponibilidades	1.207.860	-	-	-	1.207.860	1.123.167
Ativos Financeiros	23.735.797	31.320.662	67.097.616	36.716.306	158.870.381	141.590.539
Depósitos Compulsórios no Banco Central	10.380.769	-	-	-	10.380.769	11.320.017
Ao Custo Amortizado	12.240.711	28.882.923	60.326.198	23.572.579	125.022.411	120.843.739
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	54.158	-	4.674.366	13.127.180	17.855.704	53.998
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.060.159	2.437.739	2.097.052	16.547	5.611.497	9.372.785

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul em 30 de setembro de 2024 atingiram o montante de R\$9.968.169 (31/12/2023 – R\$ R\$9.968.169). No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

	30/09/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	5.595.113	16.384	5.611.497	9.357.638	15.147	9.372.785
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.134.486	-	3.134.486	5.997.001	-	5.997.001
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.316.490	-	2.316.490	3.166.137	-	3.166.137
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.157	-	1.157	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	8.618	-	8.618
Cotas de Fundo de Investimento	142.980	16.384	159.364	185.882	15.147	201.029
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados						
Abrangentes	17.803.686	52.018	17.855.704	2.239	51.759	53.998
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.801.546	-	17.801.546	-	-	-
Cotas de Fundo de Investimento	2.140	27.238	29.378	2.239	26.979	29.218
Certificados de Privatização	-	14	14	-	14	14
Outros	-	24.766	24.766	-	24.766	24.766
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	134.769	134.769	-	-	-
<i>Swaps</i>	-	134.769	134.769	-	-	-
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	23.398.799	203.171	23.601.970	9.359.877	66.906	9.426.783
Passivos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.645.174	1.645.174	-	1.467.921	1.467.921
Instrumentos Financeiros Derivativos (<i>Swaps</i>)	-	-	-	-	17.236	17.236
Dívidas Subordinadas	-	1.645.174	1.645.174	-	1.450.685	1.450.685
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.645.174	1.645.174	-	1.467.921	1.467.921

Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo: a tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	30/09/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.392.092	4.401.430	6.167.235	6.166.153
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	10.380.769	10.380.769	11.320.017	11.320.017
Títulos e Valores Mobiliários	33.969.983	33.875.611	33.624.096	33.527.379
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	57.764.674	56.002.334	53.758.568	50.901.626
Outros Ativos Financeiros	7.490.648	7.490.648	6.745.698	6.745.698
Total	113.998.166	112.150.792	111.615.614	108.660.873
Passivos Financeiros				
Depósitos	85.041.911	84.648.549	76.761.083	76.718.275
Captações no Mercado Aberto	21.370.422	21.370.421	16.773.360	16.773.360
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	6.471.198	6.472.578	6.213.993	6.199.248
Dívidas Subordinadas	407.323	415.422	367.738	370.784
Obrigações por Empréstimos	1.680.728	1.680.728	828.917	828.917
Obrigações por Repasses	1.895.931	1.895.931	2.207.349	2.207.349
Outros Passivos Financeiros	6.997.171	6.997.171	5.920.173	5.920.173
Total	123.864.684	123.480.800	109.072.613	109.018.106

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A estrutura de gerenciamento do risco social, ambiental e climático visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os Riscos SAC, de maneira integrada aos demais riscos relevantes para a instituição, abrangendo produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banrisul e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

A identificação de riscos ocorre por meio de processos diversos, tais como: análise de novos produtos e serviços; avaliação de grandes operações de crédito; e identificação de escopo social, ambiental e climático nos demais riscos relevantes.



Na análise de riscos inerentes, são mensurados os potenciais impactos socioambientais (positivos/negativos); utilização/redução do uso e dependência de recursos naturais; alinhamento às tendências de mercado e potenciais danos à reputação da instituição; entre outras

Em relação às exposições em crédito, é aplicada metodologia própria em que são consideradas três dimensões: Exposição ao Risco Social, Exposição às Mudanças Climáticas e Exposição ao Risco Ambiental. Essa categorização possibilita que sejam avaliados os clientes pelo setor de atividade, por meio do código de Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

A partir da análise de informações de acesso público, são avaliados os seguintes critérios:

- Exposição ao Risco Social: trabalho escravo; trabalho infantil; saúde e segurança; danos a populações e comunidades;
- Exposição às Mudanças Climáticas: intempéries; alterações climáticas de longo prazo; políticas públicas e legislação relacionada; tecnologias de transição para economia de baixo carbono; percepção de mercados/consumidores; e
- Exposição ao Risco Ambiental: poluição de água e ar; gerenciamento e descarte de resíduos; biodiversidade; uso e conservação de água, energia e recursos naturais; e desastres envolvendo materiais perigosos.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.



Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul no período foi de 6,3%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e também em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off-balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	30/09/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	11.113.738	9.609.271
Nível 1	9.061.240	7.790.848
Capital Principal (CP)	9.061.240	7.790.848
Capital Social	8.001.859	5.201.859
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	2.301.426	4.766.776
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(5.073.209)	(303.918)
Contas de Resultados Credoras	5.026.858	-
Ajustes Prudenciais	(1.195.694)	(1.874.954)
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	-	1.085
Nível 2	2.052.498	1.818.423
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.052.498	1.818.423
RWA	62.004.688	57.330.052
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	51.539.782	47.262.726
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.024.441	-
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	881.781	2.029.424
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	18.132	25.719
RWA _{JUR3} (Risco de Juros)	-	3
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	-	17.235
RWA _{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	830.286	1.956.820
RWA _{CVA} (Risco Avaliação Creditícia da Contraparte)	33.363	29.647
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	8.558.684	8.037.902
Carteira Banking (IRRBB)	282.025	188.603
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.321.220	3.401.012
Índices de Capital		
Índice de Basileia	17,92%	16,76%
Índice de Nível I	14,61%	13,59%
Índice de Capital Principal	14,61%	13,59%
Índice de Imobilização	10,73%	10,10%
Razão de Alavancagem	6,28%	5,82%

O IB representa a relação entre o PR e os RWAs. Conforme regulamentação em vigor, o IB demonstra a solvência da empresa. Para setembro de 2024, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB (PR), 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital (ACP) exigido neste período é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o IB; 8,50% para o Índice de Nível I; e 7,0% para o Capital Principal.

O PR alcançou R\$11.113.738 em setembro de 2024, apresentando um aumento de R\$1.504.467 frente a dezembro de 2023.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB, Risco de Taxa de Juros da *Banking Book*. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado para setembro de 2024 foi de R\$282.025 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2023 que ficou em R\$188.603, identifica-se um aumento de R\$93.422.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

Em 30 de setembro de 2024, o IB foi de 17,92%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram 14,61% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.



NOTA 06 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços.

No início de 2024, a nova Administração do Banrisul, que assumiu a gestão no final de 2023, reavaliou a forma como estavam sendo tratados os negócios do Banrisul, segregados, até dezembro de 2023, em Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria. A partir de 2024, são consideradas as operações realizadas por meio do Banrisul e suas controladas, sendo apresentadas divididas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos.

As informações dos segmentos, demonstradas na tabela a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

O Consolidado Gerencial do Banrisul apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, sendo estes resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos no segmento e de avaliação do desempenho do segmento.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em razão de que:

- O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen;
- Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco);
- O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- As despesas e comissões pagas pela originação de crédito a clientes são reconhecidas como despesa no ato do pagamento;
- A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento;
- As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banrisul não possui cliente que representam mais de 10% da sua receita líquida total.

Segmento Bancário: esse segmento compreende produtos e serviços como captação de recursos por meio de depósitos e letras de crédito, operações de crédito, serviços de conta corrente, cartão de crédito, arrecadação de tributos e meios de pagamentos com a prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito). Esses produtos e serviços geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários através da empresa controlada Banrisul Soluções em Pagamentos S.A., os quais são disponibilizados aos clientes por meio da rede de agências e canais de distribuição.

Segmento de Seguridade: nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização.



Segmento de Consórcios: esse segmento é responsável pela criação e administração de grupos de consórcios nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola, dentre outros bens e serviços.

Outros Segmentos: esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores. Compreende os segmentos que realizam a intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável de clientes junto à B3 S.A., administração de fundos de investimentos, locação de espaços, armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, sendo apresentados agregados por não serem individualmente representativos.

	30/09/2024								
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Total	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	Consolidado IFRS
Receitas de Juros	11.561.491	31.570	40.987	15.605	11.649.653	(72.600)	11.577.053	(79)	11.576.974
Despesas de Juros	(7.697.780)	-	-	(1)	(7.697.781)	71.490	(7.626.291)	(13.654)	(7.639.945)
Receita Líquida de Juros	3.863.711	31.570	40.987	15.604	3.951.872	(1.110)	3.950.762	(13.733)	3.937.029
Perda Líquida Esperada	(683.463)	-	-	(1)	(683.464)	-	(683.464)	(379.302)	(1.062.766)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	3.180.248	31.570	40.987	15.603	3.268.408	(1.110)	3.267.298	(393.035)	2.874.263
Receita não de Juros	1.930.909	276.237	106.579	62.787	2.376.512	(151.126)	2.225.386	29.166	2.254.552
Receitas de Prestação de Serviços	1.461.735	215.360	105.489	60.925	1.843.509	(7.695)	1.835.814	-	1.835.814
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	65.360	-	-	(1.379)	63.981	1.379	65.360	-	65.360
Resultado de Participação em Coligadas	7.873	56.956	588	-	65.417	(588)	64.829	29.166	93.995
Outras Receitas Operacionais	395.941	3.921	502	3.241	403.605	(144.222)	259.383	-	259.383
Despesas não de Juros	(4.641.219)	(57.829)	(55.095)	(44.069)	(4.798.212)	147.379	(4.650.833)	14.531	(4.636.302)
Despesas de Pessoal	(1.875.574)	(16.440)	(1.169)	(11.198)	(1.904.381)	17.988	(1.886.393)	-	(1.886.393)
Outras Despesas Administrativas	(1.183.935)	(12.969)	(35.756)	(26.838)	(1.259.498)	133.277	(1.126.221)	83.947	(1.042.274)
Contribuições, Taxas e Outros Impostos	(361.091)	(28.374)	(16.646)	(4.153)	(410.264)	5	(410.259)	-	(410.259)
Depreciação e Amortização	(235.531)	-	(484)	(1.126)	(237.141)	-	(237.141)	(69.416)	(306.557)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(384.776)	(28)	63	(564)	(385.305)	-	(385.305)	-	(385.305)
Outras Despesas Operacionais	(600.312)	(18)	(1.103)	(190)	(601.623)	(3.891)	(605.514)	-	(605.514)
Lucro antes dos Impostos	469.938	249.978	92.471	34.321	846.708	-	841.851	(349.338)	492.513
Impostos	(111.015)	(64.931)	(24.025)	(9.745)	(209.716)	-	(209.716)	170.326	(39.390)
Corrente	(258.230)	(61.408)	(27.168)	(10.369)	(357.175)	-	(357.175)	-	(357.175)
Diferido	147.215	(3.523)	3.143	624	147.459	-	147.459	170.326	317.785
Lucro Líquido do Período	358.923	185.047	68.446	24.576	636.992	-	632.135	(179.012)	453.123
Ativo	142.558.149	431.739	639.784	250.276	143.879.948	(1.903.421)	141.976.527	431.216	142.407.743
Passivo	132.304.084	117.617	166.795	37.779	132.626.275	(907.223)	131.719.052	411.689	132.130.741
Patrimônio Líquido	10.254.065	314.122	472.989	212.497	11.253.673	(996.198)	10.257.475	19.527	10.277.002

NOTA 07 – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	30/09/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1.207.860	1.123.167
Disponibilidades em Moeda Nacional	848.997	856.819
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	358.863	266.348
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.979.967	4.523.920
Aplicações no Mercado Aberto	2.979.967	4.500.977
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	22.943
Títulos e Valores Mobiliários	45.987	18.391
Cotas de Fundos de Investimento	45.987	18.391
Total	4.233.814	5.665.478

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 9 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 08 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	Forma de Remuneração	30/09/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	Não Remunerado	479.897	746.308
Depósitos de Poupança ⁽¹⁾	Índice da poupança	-	2.225.146
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	9.588.684	7.859.578
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	306.222	234.859
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	5.966	254.126
Total		10.380.769	11.320.017

(1) Depósito liberado conforme Resolução BCB nº 379/24.

NOTA 09 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2024	31/12/2023
Aplicações no Mercado Aberto	2.979.967	-	-	2.979.967	4.500.977
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	389.185	-	-	389.185	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.590.782	-	-	2.590.782	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	4.500.977
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	787.491	613.709	1.401.200	1.666.249
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	787.491	613.709	1.401.200	1.666.249
Total em 30/09/2024	2.979.967	787.491	613.709	4.381.167	
Total em 31/12/2023	4.523.920	1.643.306			6.167.226

NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	30/09/2024			31/12/2023		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor de Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor de Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos Federais						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	31.686.149	(23.363)	31.662.786	32.128.797	(20.074)	32.108.723
Títulos Públicos Federais (CVS)	51.131	(37)	51.094	61.670	(45)	61.625
Letras Financeiras (LF)	1.643.905	(325)	1.643.580	1.370.249	(314)	1.369.935
Debêntures	587.180	(167)	587.013	61.472	(87)	61.385
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.618	-	1.618	1.908	-	1.908
Total	33.969.983	(23.892)	33.946.091	33.624.096	(20.520)	33.603.576

Composição por prazo de vencimento:

Títulos e Valores Mobiliários	30/09/2024					31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Custo Amortizado Líquido	Valor de Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos Federais							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	6.773.950	13.832.037	6.069.028	4.987.771	31.662.786	32.108.723
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	51.094	-	-	51.094	61.625
Letras Financeiras (LF)	27.533	377.518	1.238.529	-	-	1.643.580	1.369.935
Debêntures	-	109.915	64.845	178.588	233.665	587.013	61.385
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.618	1.618	1.908
Total em 30/09/2024	27.533	7.261.383	15.186.505	6.247.616	5.223.054	33.946.091	
Total em 31/12/2023	3.846.914	4.422.474	13.936.364	10.830.937	566.887		33.603.576

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

NOTA 11 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

(a) Composição da Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/09/2024	31/12/2023
Pessoa Física	41.926.659	2.652.053	1.007.112	45.585.824	42.428.420
Conta Garantida	16.422	-	-	16.422	
Cartão de Crédito	2.147.845	89.475	75.851	2.313.171	2.250.165
Crédito Consignado	19.263.274	256.652	418.517	19.938.443	19.997.208
Crédito Pessoal – não Consignado	2.965.736	46.930	266.507	3.279.173	2.841.027
Crédito Imobiliário	5.807.114	56.662	12.609	5.876.385	5.569.097
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	10.761.490	1.847.565	132.423	12.741.478	10.549.171
Outros	964.778	354.769	101.205	1.420.752	1.221.752
Pessoa Jurídica	10.434.056	1.337.039	407.755	12.178.850	11.330.148
Câmbio	1.542.943	73.349	19.217	1.635.509	1.075.978
Capital de Giro	3.339.314	112.714	60.384	3.512.412	3.426.627
Conta Empresarial/Garantida	1.119.505	3.590	41.212	1.164.307	418.896
Crédito Imobiliário	284.664	209.318	-	493.982	392.400
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.392.790	465.624	216.841	4.075.255	4.582.931
Outros	754.840	472.444	70.101	1.297.385	1.433.316
Total	52.360.715	3.989.092	1.414.867	57.764.674	53.758.568
(-) Perda de Crédito Esperada	(803.615)	(674.286)	(1.083.805)	(2.561.706)	(2.200.164)
Total, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 30/09/2024	51.557.100	3.314.806	331.062	55.202.968	
Total, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 31/12/2023	47.570.174	3.690.567	297.663		51.558.404

A tabela a seguir apresenta o fluxo de vencimento das parcelas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, seguido pela concentração dos maiores tomadores em relação a toda exposição da carteira.

Prazo por Vencimento	30/09/2024	31/12/2023
Vencidas a partir de 1 dia	922.725	819.284
A vencer até 3 meses	10.414.245	7.393.176
A vencer de 3 a 12 meses	14.017.572	14.398.898
A vencer acima de 1 ano	32.410.132	31.147.210
Total da Carteira	57.764.674	53.758.568

Concentração dos Maiores Tomadores	30/09/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	145.479	0,25	135.028	0,25
10 maiores devedores	1.156.683	2,00	1.050.380	1,95
20 maiores devedores	1.935.362	3,35	1.771.397	3,30
50 maiores devedores	3.471.568	6,01	3.069.595	5,71
100 maiores devedores	4.807.825	8,32	4.148.462	7,72

(b) Composição da Perda de Crédito Esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2024
Pessoa Física	294.032	(9.153)	(12.833)	14.410	4.639	-	168.278	459.373
Conta Garantida	-	-	-	-	-	-	157	157
Cartão de Crédito	33.170	(241)	(356)	6	-	-	54.896	87.475
Crédito Consignado	103.135	(1.762)	(8.305)	823	554	-	(21.975)	72.470
Crédito Pessoal – não Consignado	82.142	(942)	(2.634)	312	1.271	-	104.391	184.540
Crédito Imobiliário	28.336	(184)	(103)	1.250	1.234	-	6.378	36.911
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.794	(3.270)	(206)	5.408	1.483	-	20.514	49.723
Outros	21.455	(2.754)	(1.229)	6.611	97	-	3.917	28.097
Pessoa Jurídica	276.875	(17.117)	(6.941)	46.976	1.382	-	43.067	344.242
Câmbio	37.188	(977)	(322)	1.913	-	-	14.459	52.261
Capital de Giro	119.034	(8.560)	(658)	3.311	42	-	71.085	184.254
Conta Empresarial/Garantida	42.129	(501)	(3.148)	22	97	-	(14.213)	24.386
Crédito Imobiliário	427	(27)	-	143	-	-	(393)	150
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	53.723	(3.961)	(834)	3.073	1.227	-	(11.433)	41.795
Outros	24.374	(3.091)	(1.979)	38.514	16	-	(16.438)	41.396
Total	570.907	(26.270)	(19.774)	61.386	6.021	-	211.345	803.615

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2024
Pessoa Física	118.513	(14.410)	(46.065)	9.153	1.103	-	159.607	227.901
Conta Garantida	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartão de Crédito	8.271	(6)	(4.720)	241	2	-	15.130	18.918
Crédito Consignado	35.286	(823)	(19.160)	1.762	340	-	95.932	113.337
Crédito Pessoal – não Consignado	13.846	(312)	(11.354)	942	68	-	7.162	10.352
Crédito Imobiliário	1.747	(1.250)	(330)	184	172	-	(116)	407
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.454	(5.408)	(5.964)	3.270	509	-	10.923	28.784
Outros	33.909	(6.611)	(4.537)	2.754	12	-	30.576	56.103
Pessoa Jurídica	621.536	(46.976)	(111.350)	17.117	956	-	(34.898)	446.385
Câmbio	55.848	(1.913)	(558)	977	-	-	(24.252)	30.102
Capital de Giro	37.202	(3.311)	(5.892)	8.560	416	-	(1.215)	35.760
Conta Empresarial/Garantida	2.103	(22)	(2.021)	501	29	-	(377)	213
Crédito Imobiliário	363	(143)	-	27	-	-	187	434
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	33.944	(3.073)	(20.232)	3.961	490	-	31.372	46.462
Outros	492.076	(38.514)	(82.647)	3.091	21	-	(40.613)	333.414
Total	740.049	(61.386)	(157.415)	26.270	2.059	-	124.709	674.286

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 30/09/2024
Pessoa Física	669.734	(4.639)	(1.103)	12.833	46.065	(696.965)	758.095	784.020
Conta Garantida	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartão de Crédito	75.704	-	(2)	356	4.720	(90.155)	61.612	52.235
Crédito Consignado	263.315	(554)	(340)	8.305	19.160	(271.014)	321.549	340.421
Crédito Pessoal – não Consignado	213.340	(1.271)	(68)	2.634	11.354	(169.970)	168.651	224.670
Crédito Imobiliário	8.099	(1.234)	(172)	103	330	(3.150)	4.609	8.585
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.348	(1.483)	(509)	206	5.964	(64.850)	97.109	82.785
Outros	62.928	(97)	(12)	1.229	4.537	(97.826)	104.565	75.324
Pessoa Jurídica	219.474	(1.382)	(956)	6.941	111.350	(306.805)	271.163	299.785
Câmbio	2.679	-	-	322	558	(4.011)	18.955	18.503
Capital de Giro	58.183	(42)	(416)	658	5.892	(61.754)	52.057	54.578
Conta Empresarial/Garantida	27.885	(97)	(29)	3.148	2.021	(34.661)	34.525	32.792
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	96.735	(1.227)	(490)	834	20.232	(70.664)	89.891	135.311
Outros	33.992	(16)	(21)	1.979	82.647	(135.715)	75.735	58.601
Total	889.208	(6.021)	(2.059)	19.774	157.415	(1.003.770)	1.029.258	1.083.805

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2023	Write Off	Constituição/ (Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/09/2024
Pessoa Física	1.082.279	(696.965)	1.085.980	1.471.294
Conta Garantida	-	-	157	157
Cartão de Crédito	117.145	(90.155)	131.638	158.628
Crédito Consignado	401.736	(271.014)	395.506	526.228
Crédito Pessoal – não Consignado	309.328	(169.970)	280.204	419.562
Crédito Imobiliário	38.182	(3.150)	10.871	45.903
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	97.596	(64.850)	128.546	161.292
Outros	118.292	(97.826)	139.058	159.524
Pessoa Jurídica	1.117.885	(306.805)	279.332	1.090.412
Câmbio	95.715	(4.011)	9.162	100.866
Capital de Giro	214.419	(61.754)	121.927	274.592
Conta Empresarial/Garantida	72.117	(34.661)	19.935	57.391
Crédito Imobiliário	790	-	(206)	584
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.402	(70.664)	109.830	223.568
Outros	550.442	(135.715)	18.684	433.411
Total	2.200.164	(1.003.770)	1.365.312	2.561.706

(1) Na DR, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$1.038.797 está representando a constituição de R\$1.365.312 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$326.515.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2023
Pessoa Física	273.658	(11.469)	(31.574)	9.543	8.771	-	35.176	284.105
Cartão de Crédito	25.608	(223)	(190)	2	-	-	8.637	33.834
Crédito Consignado	104.774	(4.071)	(3.976)	1.425	157	-	6.643	104.952
Crédito Pessoal – não Consignado	72.130	(3.936)	(26.276)	170	7.951	-	23.882	73.921
Crédito Imobiliário	41.847	(986)	(144)	698	195	-	(9.265)	32.345
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	18.796	(1.075)	(112)	2.298	372	-	3.504	23.783
Outros	10.503	(1.178)	(876)	4.950	96	-	1.775	15.270
Pessoa Jurídica	397.731	(21.254)	(5.765)	43.287	2.090	-	(118.641)	297.448
Câmbio	52.743	(53)	-	-	-	-	(18.418)	34.272
Capital de Giro	208.475	(15.227)	(541)	7.930	-	-	(54.541)	146.096
Conta Empresarial/Garantida	80.547	(2.179)	(3.640)	58	677	-	(28.845)	46.618
Crédito Imobiliário	571	(40)	-	150	-	-	(94)	587
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	33.673	(906)	(599)	395	307	-	16.821	49.691
Outros	21.722	(2.849)	(985)	34.754	1.106	-	(33.564)	20.184
Total	671.389	(32.723)	(37.339)	52.830	10.861	-	(83.465)	581.553

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2023
Pessoa Física	125.241	(9.543)	(71.773)	11.469	748	-	58.888	115.030
Cartão de Crédito	4.717	(2)	(3.246)	223	5	-	7.743	9.440
Crédito Consignado	39.358	(1.425)	(34.921)	4.071	59	-	28.175	35.317
Crédito Pessoal – não Consignado	28.288	(170)	(29.638)	3.936	110	-	9.944	12.470
Crédito Imobiliário	1.277	(698)	(132)	986	336	-	(198)	1.571
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.780	(2.298)	(1.169)	1.075	216	-	15.031	26.635
Outros	37.821	(4.950)	(2.667)	1.178	22	-	(1.807)	29.597
Pessoa Jurídica	820.142	(43.287)	(100.857)	21.254	598	-	8.429	706.279
Câmbio	52.069	-	-	53	-	-	(14.872)	37.250
Capital de Giro	158.329	(7.930)	(64.955)	15.227	-	-	(21.902)	78.769
Conta Empresarial/Garantida	3.089	(58)	(1.366)	2.179	353	-	1.658	5.855
Crédito Imobiliário	523	(150)	-	40	-	-	354	767
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.482	(395)	(7.013)	906	154	-	39.302	46.436
Outros	592.650	(34.754)	(27.523)	2.849	91	-	3.889	537.202
Total	945.383	(52.830)	(172.630)	32.723	1.346	-	67.317	821.309

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 30/09/2023
Pessoa Física	470.281	(8.771)	(748)	31.574	71.773	(662.494)	784.287	685.902
Cartão de Crédito	48.552	-	(5)	190	3.246	(79.448)	107.153	79.688
Crédito Consignado	229.897	(157)	(59)	3.976	34.921	(331.574)	330.943	267.947
Crédito Pessoal – não Consignado	128.013	(7.951)	(110)	26.276	29.638	(165.564)	220.464	230.766
Crédito Imobiliário	5.000	(195)	(336)	144	132	(1.044)	4.827	8.528
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	14.020	(372)	(216)	112	1.169	(17.259)	37.980	35.434
Outros	44.799	(96)	(22)	876	2.667	(67.605)	82.920	63.539
Pessoa Jurídica	170.654	(2.090)	(598)	5.765	100.857	(246.206)	162.453	190.835
Câmbio	3.305	-	-	-	-	(6.736)	5.020	1.589
Capital de Giro	17.942	-	-	541	64.955	(76.366)	39.687	46.759
Conta Empresarial/Garantida	21.771	(677)	(353)	3.640	1.366	(23.727)	23.042	25.062
Crédito Imobiliário	71	-	-	-	-	(139)	68	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.246	(307)	(154)	599	7.013	(24.338)	51.923	80.982
Outros	81.319	(1.106)	(91)	985	27.523	(114.900)	42.713	36.443
Total	640.935	(10.861)	(1.346)	37.339	172.630	(908.700)	946.740	876.737

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2022	Write Off	Constituição/ (Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/09/2023
Pessoa Física	869.180	(662.494)	878.351	1.085.037
Cartão de Crédito	78.877	(79.448)	123.533	122.962
Crédito Consignado	374.029	(331.574)	365.761	408.216
Crédito Pessoal – não Consignado	228.431	(165.564)	254.290	317.157
Crédito Imobiliário	48.124	(1.044)	(4.636)	42.444
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.596	(17.259)	56.515	85.852
Outros	93.123	(67.605)	82.888	108.406
Pessoa Jurídica	1.388.527	(246.206)	52.241	1.194.562
Câmbio	108.117	(6.736)	(28.270)	73.111
Capital de Giro	384.746	(76.366)	(36.756)	271.624
Conta Empresarial/Garantida	105.407	(23.727)	(4.145)	77.535
Crédito Imobiliário	1.165	(139)	328	1.354
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	93.401	(24.338)	108.046	177.109
Outros	695.691	(114.900)	13.038	593.829
Total	2.257.707	(908.700)	930.592	2.279.599

(1) Na DR, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$643.666 está representando a constituição de R\$930.592 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$286,926.

(c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.957	(1.810)	2.569
Até 1 ano	2.957	(1.810)	2.569
Não Circulante	5.073	(2.736)	3.686
Entre 1 e 5 anos	5.073	(2.736)	3.686
Total em 30/09/2024	8.030	(4.546)	6.255
Total em 31/12/2023	10.871	(5.718)	8.077

NOTA 12 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	30/09/2024			31/12/2023		
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valor de Custo	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	17.774.925	26.621	17.801.546	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	23.719	5.659	29.378	19.576	9.642	29.218
Certificados de Privatização	14	-	14	14	-	14
Outros	24.766	-	24.766	24.766	-	24.766
Total ⁽²⁾	17.823.424	32.280	17.855.704	44.356	9.642	53.998

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) No período não houve registro para perda esperada.

Composição por prazo de vencimento:

Títulos e Valores Mobiliários	30/09/2024			31/12/2023	
	Sem Vencimento	De 3 a 5 anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	4.674.366	13.127.180	17.801.546	-
Cotas de Fundos de Investimento	29.378	-	-	29.378	29.218
Certificados de Privatização	14	-	-	14	14
Outros	24.766	-	-	24.766	24.766
Total em 30/09/2024	54.158	4.674.366	13.127.180	17.855.704	
Total em 31/12/2023	53.998	-	-		53.998

Os títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes foram classificados no estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco.

NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (títulos mantidos para negociação) por tipo de papel e pelo valor justo:

	30/09/2024			31/12/2023		
Títulos e Valores Mobiliários	Valor de Custo	Ajustes ao Valor Justo	Valor Justo	Valor de Custo	Ajustes ao Valor Justo	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.134.048	438	3.134.486	5.997.081	(80)	5.997.001
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.320.573	(4.083)	2.316.490	3.103.066	63.071	3.166.137
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.157	-	1.157	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	6.709	1.909	8.618
Cotas de Fundo de Investimento	159.364	-	159.364	201.029	-	201.029
Total	5.615.142	(3.645)	5.611.497	9.307.885	64.900	9.372.785

Composição por prazo de vencimento:

	30/09/2024					31/12/2023	
Títulos e Valores Mobiliários	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.885.395	1.232.544	16.547	3.134.486	5.997.001
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	899.638	552.344	864.508	-	2.316.490	3.166.137
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.157	-	-	-	-	1.157	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	-	8.618
Cotas de Fundo de Investimento	159.364	-	-	-	-	159.364	201.029
Total em 30/09/2024	160.521	899.638	2.437.739	2.097.052	16.547	5.611.497	
Total em 31/12/2023	209.647	485.410	3.115.767	5.561.961	-		9.372.785

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e de contratos futuros de DI1, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

				30/09/2024	31/12/2023
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valor Justo ⁽¹⁾
Swap		128.074	6.695	134.769	(17.236)
Ativo	1.493.020	154.782	8.463	163.245	(262.333)
Passivo	(1.493.020)	(26.708)	(1.768)	(28.476)	245.097
Futuros de DI ⁽²⁾	2.316.162	1.842.660	473.501	2.316.161	3.164.350

(1) Valor reapresentado devido a alteração na forma de apuração dos valores, passando a ser apresentado com a inclusão do nocional e não somente os ajustes.

(2) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Swap		134.769	-	2.767	132.002
Ativo	1.493.020	163.245	-	4.247	158.998
Passivo	(1.493.020)	(28.476)	-	(1.480)	(26.996)
Futuros de DI	2.316.162	2.316.161	899.638	552.086	864.437
Ajuste Líquido Swap 30/09/2024		134.769	-	2.767	132.002
Ajuste Líquido Swap 31/12/2023 ⁽¹⁾		(17.236)	(1.336)	(3.744)	(12.156)

(1) Valor reapresentado devido a alteração na forma de apuração dos valores, passando a ser apresentado com a inclusão do nocional e não somente os ajustes.

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de *hedge accounting* (contabilidade de *hedge*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset (ratio analysis)* para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* é realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade:

30/09/2024						
Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (USD)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD + 5,375%	100% do CDI	89.403	89.280	123
Swap	100.000	USD + 5,375%	100% do CDI	45.366	45.304	62
Total				134.769	134.584	185
Objeto de Hedge						
Tier2	300.000	-	USD + 5,375%	(1.646.645)	(1.646.483)	(162)
DV01						-114,96%

Destaca-se que a relação também é evidenciada na Nota 3d.4, referente ao Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos, que descreve a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos.

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes estão sujeitas à prestação de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$132.506 (31/12/2023 – R\$22.943).

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2024	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	3.105.872	1.011.255	4.117.127	3.149.573	1.053.587	4.203.160
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.011.255	1.011.255	-	1.053.587	1.053.587
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	3.097.782	-	3.097.782	3.142.478	-	3.142.478
Outros	8.090	-	8.090	7.095	-	7.095
Relações Interdependências	926	-	926	33.058	-	33.058
Carteira de Câmbio	1.385.007	135.660	1.520.667	828.059	70.973	899.032
Rendas a Receber	167.638	-	167.638	104.393	-	104.393
Negociação e Intermediação de Valores	9.919	-	9.919	4.451	-	4.451
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.112.011	1.112.011	-	975.479	975.479
Pagamentos a Ressarcir	25.018	-	25.018	50.409	-	50.409
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	209.966	250.746	460.712	168.511	238.153	406.664
Outros	25.295	-	25.295	17.342	-	17.342
Total	4.929.641	2.509.672	7.439.313	4.355.796	2.338.192	6.693.988

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$58.742 (31/12/2023 – R\$79.522) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$949.241 (31/12/2023 – R\$970.894) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$3.272 (31/12/2023 – R\$3.171) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 30 de setembro de 2024, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.007.983 (31/12/2023 – R\$1.050.416). O seu valor de face é de R\$1.013.685 (31/12/2023 – R\$1.060.347). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Refere-se principalmente a transações de pagamentos de valores a receber não vinculados no montante de R\$2.947.478 (31/12/2023 – R\$3.040.440) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber estão compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, em 30 de setembro de 2024, totalizavam R\$233.101 (31/12/2023 – R\$222.056) e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$54.352 (31/12/2023 – R\$54.531) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$49.203 (31/12/2023 – R\$48.332); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$129.255 (31/12/2023 – R\$113.311).

NOTA 16 – OUTROS ATIVOS

	30/09/2024	31/12/2023
Adiantamentos a Empregados	47.561	16.741
Ativos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego (Nota 36e)	148.714	111.034
Devedores Diversos	219.120	217.085
Bens destinados à Venda	148.379	142.474
Despesas Antecipadas	100.195	24.860
Outros	10.611	10.034
Total	674.580	522.228

NOTA 17 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A tabela a seguir apresenta as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido 30/09/2024	Participação do Capital Social (%) 30/09/2024	Valor do Investimento 30/09/2024	Resultado Líquido 01/01 a 30/09/2024	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/09/2024
Empresas Coligadas	378.076		188.949	188.054	93.995
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	55.907	49,90	27.897	15.777	7.873
Banrisul Icatu Participações S.A.	322.169	49,99	161.052	172.277	86.122

	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Participação do Capital Social (%) 31/12/2023	Valor do Investimento 31/12/2023	Resultado Líquido 01/01 a 30/09/2023	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/09/2023
Empresas Coligadas	356.501		178.155	155.472	77.697
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	66.530	49,90	33.198	25.916	12.932
Banrisul Icatu Participações S.A.	289.971	49,99	144.957	129.556	64.765

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

NOTA 18 – IMOBILIZADO DE USO

Imobilizado	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023							
Custo	665.569	41.339	298.825	174.187	614.959	25.935	1.820.814
Depreciação Acumulada	(375.757)	-	(123.033)	(93.625)	(367.022)	(21.794)	(981.231)
Valor Contábil Líquido	289.812	41.339	175.792	80.562	247.937	4.141	839.583
Aquisições	72.932	43.070	32.331	10.862	62.984	4.294	226.473
Alienações – Baixas Custo	(61.344)	(783)	(1.327)	(1.818)	(35.809)	(527)	(101.608)
Alienações – Baixas da Depreciação	50.492	-	335	1.600	29.390	524	82.341
Depreciação	(65.254)	-	(10.286)	(6.125)	(58.963)	(904)	(141.532)
Transferências Líquido Custo	-	(43.756)	(215)	5.694	38.262	15	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	104	(168)	79	(15)	-
Movimentação Líquida no Período	(3.174)	(1.469)	20.942	10.045	35.943	3.387	65.674
Em 30 de Setembro de 2024							
Custo	677.157	39.870	329.614	188.925	680.396	29.717	1.945.679
Depreciação Acumulada	(390.519)	-	(132.880)	(98.318)	(396.516)	(22.189)	(1.040.422)
Valor Contábil Líquido	286.638	39.870	196.734	90.607	283.880	7.528	905.257

A tabela anterior inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16. Os contratos de arrendamento mercantil celebrados relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados. Na tabela a seguir apresentamos a composição das operações de arrendamento mercantil financeiro nas quais o Banrisul é arrendatário. Os contratos são reajustados anualmente conforme índices de preços.

	30/09/2024	31/12/2023
Até 12 meses	100.139	104.748
Entre 1 a 5 anos	218.696	180.595
Acima de 5 anos	7.506	11.548
Total ⁽¹⁾	326.341	296.891

(1) Valores não descontados a valor presente.

NOTA 19 – INTANGÍVEL

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	270.937	1.776.156	1.925	2.049.018
Amortização Acumulada	(168.589)	(1.258.303)	(875)	(1.427.767)
Valor Contábil Líquido	102.348	517.853	1.050	621.251
Aquisições	42.625	19.027	-	61.652
Alienações – Baixas Custo	(86)	(201.081)	-	(201.167)
Alienações – Baixas da Amortização	(1)	201.080	-	201.079
Amortização do Período	(22.614)	(142.411)	-	(165.025)
Movimentação Líquida no Período	19.924	(123.385)	-	(103.461)
Em 30 de Setembro de 2024				
Custo	313.476	1.594.102	1.925	1.909.503
Amortização Acumulada	(191.204)	(1.199.634)	(875)	(1.391.713)
Valor Contábil Líquido	122.272	394.468	1.050	517.790

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público – Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras.

NOTA 20 – PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/09/2024	31/12/2023
Depósitos	23.445.659	5.658.205	4.442.376	29.477.275	10.823.726	11.194.670	85.041.911	76.761.083
À Vista	3.175.073	-	-	-	-	-	3.175.073	5.235.719
Poupança	11.509.928	-	-	-	-	-	11.509.928	11.085.032
Interfinanceiros	-	157.755	817.835	-	-	-	975.590	2.224.804
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.500.450	3.624.541	29.477.275	10.823.726	11.194.670	60.620.662	50.870.271
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	8.525.506	-	-	-	-	-	8.525.506	7.132.879
Outros Depósitos	235.152	-	-	-	-	-	235.152	212.378
Captações no Mercado Aberto	-	21.360.422	10.000	-	-	-	21.370.422	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	181.010	3.068.117	3.207.724	14.347	-	6.471.198	6.213.993
Dívidas Subordinadas (LFSN) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	407.323	407.323	367.738
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	349.060	1.303.014	28.654	-	-	1.680.728	828.917
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	67.198	392.938	802.772	437.757	195.266	1.895.931	2.207.349
Outros Passivos Financeiros (Nota 23)	-	17.942	6.835.824	97.684	38.418	7.303	6.997.171	5.920.173
Total	23.445.659	27.633.837	16.052.269	33.614.109	11.314.248	11.804.562	123.864.684	109.072.613

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,82% e 17,18% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 66,31% (31/12/2023 – 70,65%) possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 37a).

(3) Em 16 de setembro de 2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB Nº 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas.

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

NOTA 21 – PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2024	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (Nota 14)	(2.767)	(132.002)	(134.769)	5.080	12.156	17.236
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	37.426	1.607.748	1.645.174	56.867	1.393.818	1.450.685
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota14)	34.882	1.611.763	1.646.645	51.223	1.397.705	1.448.928
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	2.544	(4.015)	(1.471)	5.644	(3.887)	1.757
Total	34.659	1.475.746	1.510.405	61.947	1.405.974	1.467.921

(1) Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier 2*) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

NOTA 22 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	816.654	1.594.772	254.705	1.972	2.668.103
Constituição e Atualização Monetária	26.434	299.357	54.815	5.439	386.045
Reversão da Provisão	(535)	-	(205)	-	(740)
Baixas por Pagamento	(782)	(227.167)	(28.564)	-	(256.513)
Saldo Final em 30/09/2024	841.771	1.666.962	280.751	7.411	2.796.895
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/09/2024	144.873	876.655	90.483	-	1.112.011

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2022	785.394	1.624.048	220.452	1.904	2.631.798
Constituição e Atualização Monetária	29.844	267.208	33.227	52	330.331
Reversão da Provisão	(173)	-	(32)	-	(205)
Baixas por Pagamento	(283)	(282.876)	(25.027)	-	(308.186)
Saldo Final em 30/09/2023	814.782	1.608.380	228.620	1.956	2.653.738
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/09/2023	132.308	696.809	79.622	-	908.739

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$813.931 (31/12/2023 – R\$789.270); e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R\$1.279 (31/12/2023 – R\$1.708).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$759.011 (31/12/2023 – R\$610.991). Essas contingências decorrem principalmente



de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$360.254 (31/12/2023 – R\$348.771), classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$333.934 (31/12/2023 – R\$323.317) e como perda provável o montante de R\$26.320 (31/12/2023 – R\$25.454), que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

No período de janeiro a setembro de 2024 foi efetuada provisão de R\$22.823 (31/12/2023 – R\$9.671) para ações coletivas, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável. A Administração considera suficiente a provisão constituída para as ações coletivas e continua monitorando a evolução das decisões judiciais em ações dessa natureza, avaliando constantemente a classificação de risco e a quantificação.

Além das ações acima consideradas, registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$776.011 (31/12/2023 – R\$660.347). Adicionalmente, o valor de R\$100.644 (31/12/2023 – R\$98.169) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.720.386 (31/12/2023 – R\$1.652.210), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são em sua maioria movidas por clientes e usuários que pretendem:

- Anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas;
- Revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos;
- Obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e
- Reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando também a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio do custo de condenação e sucumbência histórico, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e também aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$90.483 (31/12/2023 – R\$78.577).

Existem ainda R\$377.172 (31/12/2023 – R\$288.571) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R\$158.929, restando provisionado o valor de R\$7.411 (31/12/2023 – R\$1.972).

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2024	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	900.393	-	900.393	657.125	-	657.125
Relações Interdependências	700.707	-	700.707	274.594	-	274.594
Carteira de Câmbio	1.487.808	-	1.487.808	946.663	-	946.663
Negociação e Intermediação de Valores	9.363	-	9.363	2.787	-	2.787
Fundos Financeiros e de						
Desenvolvimento	26.016	-	26.016	10.133	-	10.133
Credores por Recursos a Liberar	154.287	-	154.287	191.804	-	191.804
Transações com Cartões a Pagar	1.167.175	-	1.167.175	1.146.032	-	1.146.032
Obrigações a Pagar Adquirência	2.230.395	-	2.230.395	2.416.922	-	2.416.922
Obrigações de Arrendamento Financeiro	70.364	140.588	210.952	80.997	133.746	214.743
Outros	107.258	2.817	110.075	55.862	3.508	59.370
Total	6.853.766	143.405	6.997.171	5.782.919	137.254	5.920.173

NOTA 24 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O Banrisul possui créditos tributários e obrigações fiscais diferidas de IR e CSLL no período demonstrado a seguir.

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2023	Constituição	Realização	30/09/2024
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.528.739	597.398	(320.855)	1.805.282
Provisão para Riscos Trabalhistas	717.358	158.203	(125.762)	749.799
Provisão para Riscos Fiscais	233.095	12.014	(714)	244.395
Provisão para Riscos Cíveis	114.304	35.654	(23.944)	126.014
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	488	18.119	(13.935)	4.672
Benefício Pós-Emprego	303.925	3.240	(70.826)	236.339
Outras Provisões Temporárias	244.148	133.536	(152.241)	225.443
Prejuízo Fiscal	211.847	-	(68.927)	142.920
Arrendamentos – IFRS 16 ⁽¹⁾	88.506	33.167	(33.122)	88.551
Total de Créditos Tributários Registrados	3.442.410	991.331	(810.326)	3.623.415
Obrigações Fiscais Diferidas	(412.584)	(95.479)	138.848	(369.215)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.029.826	895.852	(671.478)	3.254.200

(1) Refere-se ao imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Alteração da IAS 12 explanada na Nota 24b e Nota 2b).

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Totais Registrados
2024	108.684	86.948	195.632
2025	312.257	249.806	562.063
2026	537.281	429.824	967.105
2027	275.541	220.433	495.974
2028	298.626	238.901	537.527
2029 a 2031	371.427	297.142	668.569
2032 a 2034	109.192	87.353	196.545
Total em 30/09/2024	2.013.008	1.610.407	3.623.415
Total em 31/12/2023	1.912.450	1.529.960	3.442.410

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.744.057 (31/12/2023 – R\$2.670.736), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	30/09/2024	31/12/20023
Superveniência de Depreciação	6.731	7.104
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	14.461	4.266
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	241	30.946
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	4.629	16.408
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	169.149	208.033
Superávit Atuarial	74.639	57.321
Outros Débitos Temporários	10.814	-
Arrendamentos – IFRS 16 ⁽¹⁾	88.551	88.506
Total	369.215	412.584

(1) Refere-se ao imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Alteração da IAS12 explanada na Nota 2b).

Ativos e passivos de impostos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar ativos de imposto corrente contra passivos de imposto, ocasião em que impostos diferidos se relacionam com impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS

	30/09/2024	31/12/2023
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	666.256	12.079
Obrigações Sociais e Estatutárias	96.717	224.229
Provisão de Pessoal	253.855	153.474
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	142.420	137.605
Credores Diversos	792.355	223.128
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	636.813	776.628
Provisões para Pagamentos a Efetuar	181.370	143.233
Rendas Antecipadas	118.393	126.987
Outros	5.615	5.478
Total	2.893.794	1.802.841

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 36e).

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 30 de setembro de 2024 é de R\$8.000.000 (31/12/2023 – R\$5.200.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2024	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2024	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Outros								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	3.829.177	1,87	621.612	45,27	202.536.440	100,00	206.987.229	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2024	3.829.177	1,87	621.612	45,27	202.536.440	100,00	206.987.229	50,61
Total em 31 de dezembro 2023	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2024	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:

- Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

- Ações Preferenciais Classe B:

- Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Ações em Tesouraria – Abertura de Programa de Recompra de Ações

O Banrisul realizou a abertura de seu primeiro Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Está autorizada a aquisição de até 10.126.677 de ações preferenciais, equivalente a 5% das ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado. As aquisições ocorreram em bolsa de valores, no período de 15 de dezembro de 2022 a 15 de junho de 2024, a valor de mercado. Até 30 de setembro de 2023 foram recompradas o total de 1.202.500 ações, as quais foram recolocadas no mercado no quarto trimestre de 2023.

**(c) Reservas**

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(d) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$150.000, referente aos juros sobre o capital próprio (JSCP) do período de janeiro a setembro de 2024 (01/01 a 30/09/2023 – R\$360.000), imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$67.500 (01/01 a 30/09/2023 – R\$162.000) (Nota 34).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 25 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

NOTA 27 – RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Receitas com Juros e Similares	3.992.213	11.576.974	3.903.931	11.117.433
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	296.747	877.280	335.085	978.852
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo	581.372	1.360.389	169.045	496.893
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	3.114.094	9.339.305	3.399.801	9.641.688
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	94.168	349.596	251.020	548.775
Títulos e Valores Mobiliários	885.276	2.573.045	1.072.655	3.124.341
Operações de Crédito	2.106.633	6.338.456	2.068.800	5.961.246
Outros Ativos Financeiros	28.017	78.208	7.326	7.326
Despesas com Juros e Similares	(2.571.597)	(7.639.945)	(2.774.358)	(7.560.471)
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	(5.832)	(248.826)	(75.600)	(14.786)
Resultado de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(2.565.765)	(7.391.119)	(2.698.758)	(7.545.685)
Depósitos	(1.793.487)	(5.030.717)	(1.898.435)	(5.606.453)
Captação no Mercado Aberto	(546.428)	(1.512.614)	(586.257)	(1.431.199)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(171.848)	(511.042)	(117.822)	(316.012)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(47.849)	(323.092)	(95.414)	(189.723)
Outros Passivos Financeiros	(6.153)	(13.654)	(830)	(2.298)
Total Líquido	1.420.616	3.937.029	1.129.573	3.556.962

NOTA 28 – GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Ganhos (Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(9.842)	(46.845)	7.545	(14.415)
Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	(16.470)	(68.424)	(14.168)	78.058
Ganhos (Perdas) com Derivativos	(25.163)	180.629	11.234	(255.760)
Total	(51.475)	65.360	4.611	(192.117)

NOTA 29 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Administração de Fundos	29.417	83.933	20.662	60.114
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	14.471	40.308	12.095	42.189
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	34.359	105.489	34.330	96.276
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	224.291	640.595	206.794	597.027
Serviços de Arrecadação	7.621	25.423	8.908	31.099
Comissões de Corretagem de Seguros	72.969	215.360	70.759	213.674
Cartão de Crédito	54.972	159.840	49.118	74.761
Serviços de Conta Corrente	150.000	446.284	153.599	455.588
Receita de Serviços em Operações de Câmbio	27.711	78.124	17.483	49.479
Outras Receitas	14.494	40.458	14.208	43.873
Total	630.305	1.835.814	587.956	1.664.080

NOTA 30 – DESPESA DE PESSOAL

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Remuneração Direta	334.898	963.104	314.908	929.526
Benefício	108.883	327.666	107.758	304.632
Encargos Sociais	144.366	409.382	129.567	384.952
Treinamentos	913	3.839	1.910	3.961
Participação no Lucro	60.734	182.402	59.072	184.634
Total	649.794	1.886.393	613.215	1.807.705

NOTA 31 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Comunicações	16.260	43.337	9.727	37.066
Processamento de Dados	59.906	193.378	49.709	127.912
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	35.483	101.116	35.601	101.865
Amortização e Depreciação	104.589	306.557	93.550	275.229
Aluguéis e Condomínios	14.255	38.877	13.293	36.041
Materiais	2.727	7.646	2.691	10.119
Serviços de Terceiros	52.637	168.346	56.804	202.486
Serviços Técnicos Especializados	60.174	156.733	58.554	163.991
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	45.135	125.774	36.154	101.764
Manutenção e Conservação de Bens	24.258	62.596	13.361	49.766
Água, Energia e Gás	7.037	22.027	5.925	23.225
Serviços do Sistema Financeiro	9.980	30.561	9.571	29.647
Outras	46.590	91.883	25.377	68.708
Total	479.031	1.348.831	410.317	1.227.819

(1) É composto principalmente por R\$50.426 (30/09/2023 – R\$36.651) de despesa com propaganda institucional e R\$60.492 (30/09/2023 – R\$51.134) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 32 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	9.458	22.120	5.076	18.494
Reversão de Provisões Operacionais	4.957	5.733	1.022	9.853
Tarifas Interbancárias	5.238	18.424	8.961	22.057
Títulos de Créditos a Receber	5.442	17.171	4.802	15.689
Receitas Diversas com Cartões ⁽¹⁾	4.404	14.139	5.290	91.842
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	11.345	16.639	4.850	12.259
Receitas de Adquirência por Antecipação de Recebíveis ⁽²⁾	-	-	-	13.432
Receita de Locação Equipamentos Adquirência ⁽²⁾	-	-	15.229	52.516
Atualização de Depósitos Judiciais	15.970	47.258	14.963	44.079
Atualização de Ativo Atuarial	-	12.850	-	18.978
Recuperação Contribuição Previdenciária Patronal	-	-	17.791	17.791
Outras	7.985	19.146	24.932	33.908
Total	64.799	173.480	102.916	350.898

(1) A partir de julho de 2023 parte das receitas foram reclassificadas para a Nota Explicativa de Receita de Prestação de Serviços na rubrica Cartão de Crédito.

(2) A partir de julho de 2023 as receitas foram reclassificadas para a Nota Explicativa de Receita de Prestação de Serviços na rubrica Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos.

NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Descontos Concedidos em Renegociações	32.714	128.070	20.882	56.983
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	2.692	8.018	3.226	8.810
Despesas com Cartões	2.383	7.716	2.891	8.964
Tarifas Convênio INSS	79.702	251.804	71.632	203.710
Bônus Banrisul de Vantagens	8.538	22.929	7.611	17.861
Serviços Associados a Transações de Pagamento	19.262	56.474	16.735	58.741
Custos Convênios Crédito Consignado	1.818	5.212	1.720	4.913
Correção Monetária sobre Liberação de Financiamento	3.264	8.632	3.162	8.064
Tarifas Não Recebidas	7.282	18.858	5.782	17.846
Atualização sobre Obrigações Atuariais	-	6.838	-	13.723
Despesas com Roubos e Furtos	-	-	8.149	8.547
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	5.183	15.483	3.773	15.570
Outras	34.279	75.480	20.271	35.857
Total	197.117	605.514	165.834	459.589

NOTA 34 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Resultado antes dos Tributos	(56.243)	492.513	208.110	688.441
Encargo Total do Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (20%) às Alíquotas Vigentes	40.824	(178.937)	(77.257)	(243.041)
Efeito no Cálculo dos Tributos				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	39.614	118.057	31.500	162.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.358	42.480	11.558	34.964
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(22.455)	(66.339)	-	-
Outros Valores	11.219	45.349	17.491	21.713
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	80.560	(39.390)	(16.708)	(24.364)
Corrente	(90.483)	(357.175)	(93.951)	(270.733)
Diferido	171.043	317.785	77.243	246.369

NOTA 35 – LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/07 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2024	01/07 a 30/09/2023	01/01 a 30/09/2023
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R\$ Mil	24.163	452.701	191.102	663.422
Ações Ordinárias	12.116	226.966	95.942	332.786
Ações Preferenciais A	81	1.567	643	2.346
Ações Preferenciais B	11.966	224.168	94.517	328.290
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477	408.457.408	408.732.766
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545	202.019.476	202.294.834
Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$				
Ação Ordinária	0,06	1,11	0,47	1,62
Ação Preferencial A	0,06	1,14	0,47	1,71
Ação Preferencial B	0,06	1,11	0,47	1,62

NOTA 36 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes – empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários – mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ)



como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido e Contribuição Variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de Benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de “contribuição variável”) e do Plano FBPREV CD (modalidade de “contribuição definida”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 308/24.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 30/06/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	6,51	6,44	6,47	6,45	6,49	6,49	6,49	6,49	6,50
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	6,51	6,44	6,47	6,45	6,49	6,49	6,49	6,49	6,50
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	-	6,06	2,01	0,41	n/a	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,600	3,60	3,60	3,60
Taxa de Desconto Nominal	10,34	10,27	10,30	10,28	10,32	10,32	10,32	10,32	10,33
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	10,34	10,27	10,30	10,28	10,32	10,32	10,32	10,32	10,33
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,28	3,60	9,88	5,68	4,02	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	9,88
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	3,91	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	4,64	4,64	3,60
Hipóteses Econômicas – 31/12/2023	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	n/a	6,06	2,01	0,41	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
Taxa de Desconto Nominal	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,59	3,90	10,20	5,99	4,33	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	10,20
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,21	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	4,94	4,94	3,90

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2024 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2023 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2023	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 (-10%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
PBS	AT – 2000 (-30%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2022	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
FBPREV	AT – 2000 (-30%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) (por sexo)	Winklevos	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV II 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT – 2000 (-10%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) (por sexo)	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) (por sexo)	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.



As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 30/06/2024.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinadas com a Resolução Previc nº 23/23 e com Portaria Previc nº 308/24, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:



- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1%, a 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui paritariamente às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros prefixados) ou tem uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023 são as seguintes:

30/06/2024	Alocação %					
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,03	-	-	0,03
Renda Fixa	79,95	77,07	84,29	80,86	84,81	98,49
Renda Variável	6,71	4,54	0,75	2,16	5,11	1,48
Imóveis	5,99	3,66	-	1,37	5,24	-
Outros	7,34	14,73	14,93	15,61	4,84	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2023	Alocação %					
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	0,01	-	0,03
Renda Fixa	70,15	75,51	83,56	79,81	85,46	98,26
Renda Variável	6,92	4,35	0,91	1,84	5,73	1,71
Imóveis	5,48	3,42	-	1,32	4,48	-
Outros	17,44	16,72	15,52	17,02	4,33	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$8.324 (31/12/2023 - R\$9.681) e imóveis alugados com um valor justo de R\$156.142 (31/12/2023 - R\$156.142).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e de acordo com IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2024	31/12/2023
Planos de Previdência		
PBI	361.253	376.813
PBS	90.711	203.355
FBPREV	(2)	(2)
FBPREV II	(65)	(63)
FBPREV III	24.712	34.245
Planos de Saúde	(148.647)	(110.969)
Prêmio Aposentadoria	157.319	162.215
Total	485.281	665.594

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 de acordo com o IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.204.209	1.331.228	22.015	209.304	326.787	190.326	157.319
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(842.956)	(1.240.517)	(36.149)	(276.250)	(315.540)	(338.973)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	361.253	90.711	(14.134)	(66.946)	11.247	(148.647)	157.319
Efeito do Teto de Ativo	-	-	14.132	66.881	-	-	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	13.465	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	361.253	90.711	(2)	(65)	24.712	(148.647)	157.319

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	376.813	203.355	(11.977)	(38.828)	34.245	(110.969)	162.215
Efeito do Teto de Ativo	-	-	11.975	38.765	-	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

(1) No segundo semestre de 2023, a Cabergs promoveu a segregação de saldos do Fundo Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), para Fundo Reserva Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), fundo este que não poderá ser utilizado sem prévia e formal autorização do Banrisul na condição de Associado Patrocinador Instituidor.

Resultado no Período - 01/01/2024 a 30/06/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	23	-	425	(35)	(15)	966	3.561
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	56.023	65.827	1.000	10.431	15.819	9.351	6.701
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(39.325)	(56.374)	(1.587)	(12.295)	(14.261)	(14.956)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	567	1.840	-	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	16.721	9.453	405	(59)	1.543	(4.639)	10.262

Resultado do Exercício - 01/01/2023 a 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.090	4.153	-	20.091	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	24.866	9.545	(1.014)	(5.558)	(850)	(10.737)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(40.287)	(128.745)	(736)	(20.484)	(22.269)	(15.107)	(12.988)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.590	26.276	13.465	-	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(15.421)	(119.200)	(160)	234	(9.654)	(25.844)	(12.988)

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.963	(5.341)	-	(216.877)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	16.721	9.453	405	(59)	1.543	(4.639)	10.262
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(15.421)	(119.200)	(160)	234	(9.654)	(25.844)	(12.988)
Contribuições do Empregador	(16.860)	(2.897)	(245)	(177)	(1.422)	(7.195)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(2.170)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	361.253	90.711	(2)	(65)	24.712	(148.647)	157.319

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	353.432	122.931	(2)	(56)	29.361	(188.799)	151.386
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795
Contribuições do Empregador	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	(12.203)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(26.115)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	92.710	54.083	979	9.611	19.709	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(32.954)	(2.898)	(261)	(178)	(1.064)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(16.860)	(2.897)	(245)	(177)	(1.422)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(39.325)	(56.374)	(1.587)	(12.295)	(14.261)	(14.956)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	24.866	9.545	(1.014)	(5.558)	(850)	(10.737)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(842.956)	(1.240.517)	(36.149)	(276.250)	(315.540)	(338.973)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(895.275)	(1.208.491)	(26.602)	(220.984)	(320.217)	(574.384)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	199.009	114.982	2.070	18.715	38.289	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(58.446)	(3.556)	(1.291)	(558)	(1.693)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	23	-	425	(35)	(15)	966	3.561
Contribuições de Participante Realizadas no Período	32.954	2.898	261	178	1.064	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	56.023	65.827	1.000	10.431	15.819	9.351	6.701
Benefícios Pagos no Período	(92.710)	(54.083)	(979)	(9.611)	(19.709)	(7.195)	(2.170)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(40.287)	(128.745)	(736)	(20.484)	(22.269)	(15.107)	(12.988)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.204.209	1.331.228	22.015	209.304	326.787	190.326	157.319

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.707	1.331.422	17.678	180.975	349.578	188.799	151.386
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Contribuições de Participante Realizadas no Período	58.446	3.556	1.291	558	1.693	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Benefícios Pagos no Período	(199.009)	(114.982)	(2.070)	(18.715)	(38.289)	(12.203)	(26.115)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	3	-	239	141	1	835	3.053
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	57.321	63.739	1.049	10.297	15.529	9.482	6.717
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(40.266)	(59.428)	(1.798)	(13.739)	(15.025)	(17.497)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	728	3.439	695	-	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	17.058	4.311	218	138	1.200	(7.180)	9.770

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	23.162	4.657	374	-	1.268	6.822	-
Contribuições do Participante	39.768	4.657	374	-	1.268	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	107.727	63.738	1.137	9.273	19.648	6.822	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	24.054

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2024	107.727	63.738	1.137	9.273	19.648	6.822	24.054
2025	202.738	124.087	1.559	18.267	36.721	13.197	30.409
2026	197.222	122.937	1.570	17.996	35.680	13.507	11.642
2027	191.501	121.468	1.589	17.659	34.594	13.773	10.311
2028	185.544	119.602	1.642	17.354	33.466	13.985	9.879
2029 a 2033	828.951	566.204	8.685	82.698	149.413	71.113	32.279

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
30/06/2024	8,05	10,08	9,16	10,55	8,69	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,98	12,50	8,49
31/12/2023	8,14	10,13	9,09	10,57	8,78	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,95	12,55	8,49

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	2.998	2.877	5.003	4.763	1.571	8.803	3.394	13.742	9.138

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(47.188)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	43.540
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(37.944)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	42.258
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(68.605)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	74.746
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(42.442)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	47.940
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(938)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	1.011
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.289)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.294
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(11.106)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	12.004
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.047)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.474
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(14.112)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	15.256
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(10.770)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	12.001
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.766)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	11.909
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(5.775)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	6.527
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(5.472)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	5.951
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(387)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	389

NOTA 37 – COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**(a) Estado do Rio Grande do Sul**

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 30 de setembro de 2024, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12 da Lei nº 8.177/91, totalizavam até a data do Balanço Patrimonial R\$15.196.503 (31/12/2023 – R\$14.497.513), dos quais R\$9.968.169 (31/12/2023 – R\$9.968.169) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado

na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	30/09/2024	31/12/2023
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	17.532.675	15.906.178
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	58.017	79.905
Fundos de Ações	147.167	187.096
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.011	10.042
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	14.342.774	11.802.070
Carteiras Administradas	640.538	592.119
Total	32.731.182	28.577.410

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 140 grupos de consórcios (155 em 31/12/2023) para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 79.419 consorciados ativos (83.283 em 31/12/2023).

NOTA 38 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas do Banrisul

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Coligadas do Banrisul:
 - Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e
 - Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/09/2024	31/12/2023	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.637.971)	(13.840.882)	(1.044.493)	(934.752)
Outros Ativos	5.631	4.226	-	-
Captações com Clientes	(262.741)	(2.000.905)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.342.774)	(11.802.070)	(1.044.493)	(934.752)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(2.883)	(5.028)	-	-
Outros Passivos	(35.204)	(37.105)	-	-
FBSS	(85.379)	(31.368)	-	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(85.273)	(31.254)	-	-
Outros Passivos	(106)	(114)	-	-
Total	(14.723.350)	(13.872.250)	(1.044.493)	(934.752)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração a Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 30/09/2024	01/01 a 30/09/2023
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	18.062	18.197
Remuneração	14.058	13.916
Encargos Sociais	4.004	4.281
Benefícios Pós-Emprego	821	513
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	821	513
Total	18.883	18.710

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 30/04/2024.

(c) Participação Acionária

Em 30 de setembro de 2024, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.410 ações, conforme Nota 26a.

NOTA 39 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Diferenças de GAAPs Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS vs Demonstrações Financeiras Individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN)

Conforme art. 11 da Resolução Bacen nº 4.818/20, apresentamos na sequência as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras em IFRS e aqueles aplicados nas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. As principais diferenças encontram-se na tabela a seguir:

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
1 – Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados no contrato.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
2 – Instrumentos Financeiros e Divulgação	
Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias: títulos para negociação, títulos Disponíveis para Venda e títulos mantidos até o vencimento; atendendo os critérios de contabilização conforme Circular Bacen nº 3.068/01. Os demais ativos financeiros do Banrisul são classificados na categoria mantidos até o vencimento.	Os ativos e passivos financeiros são classificados nas categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (<i>Solely Payment of Principal and Interest Test</i> – SSPI Test).
3 – Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perdas em operações de crédito é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os níveis ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sobre os quais são aplicados os percentuais de provisão previstos para cada nível, respectivamente.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da <i>probability of default</i> (PD) vezes a <i>loss given default</i> (LGD) vezes a <i>exposure at default</i> (ED).
4 – Arrendamentos – IFRS 16	
A contraprestação dos contratos de aluguel dos bens de uso é contabilizada pelo fluxo mensal em despesas administrativas.	Conforme a IFRS 16, os contratos de aluguel são considerados como arrendamento, principalmente de bens imóveis, tendo como objeto do contrato a locação imobiliária referente à instalação de suas agências para a realização das atividades operacionais do Banrisul. O ativo de direito de uso é reconhecido no imobilizado equivalente ao valor das contraprestações ajustadas a valor presente que são reconhecidas na rubrica outros passivos financeiros. A apropriação mensal ocorre na amortização do direito de uso e o reconhecimento como despesa de juros.
5 – IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável. A partir de 01 de janeiro 2023 houve alteração na IAS 12 sobre o reconhecimento do imposto diferido sobre ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Nota 2b).
6 – Contratos Seguros – IFRS 17	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
7 – Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
a) Operações de Crédito: Divulgação de nível de <i>rating</i> conforme determina a Resolução 2.682/99 CVM; e Os Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado são divulgados de forma discursiva.	a) Operações de Crédito: Divulgação de acordo com o IFRS 9, por estágios; e Os Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado são divulgados com maior grandeza de informações.
b) Segmentos de Negócios: Não Requerido	b) Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balanco Patrimonial						
	30/09/2024			31/12/2023		
	BRGAAP	Ajustes	IFRS	BRGAAP	Ajustes	IFRS
Disponibilidades	1.207.860	-	1.207.860	1.123.167	-	1.123.167
Ativos Financeiros	134.896.263	56.015	134.952.278	118.343.753	426.241	118.769.994
Depósitos Compulsórios no Banco Central	10.380.769	-	10.380.769	11.320.017	-	11.320.017
Ao Custo Amortizado	100.913.524	56.015	100.969.539	97.596.953	426.241	98.023.194
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽³⁾	4.392.092	(10.925)	4.381.167	6.167.236	(10)	6.167.226
Títulos e Valores Mobiliários ^{(2) (3)}	33.969.983	(23.892)	33.946.091	33.624.096	(20.520)	33.603.576
Operações de Crédito ⁽¹⁾	57.690.025	74.649	57.764.674	53.683.840	74.728	53.758.568
(Provisão para Perda Esperada) ⁽³⁾	(2.577.889)	16.183	(2.561.706)	(2.572.207)	372.043	(2.200.164)
Outros Ativos Financeiros	7.439.313	-	7.439.313	6.693.988	-	6.693.988
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM ⁽²⁾	17.855.704	-	17.855.704	53.998	-	53.998
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos Financeiros ⁽²⁾	5.746.266	-	5.746.266	9.372.785	-	9.372.785
Outros Ativos ⁽⁴⁾	672.532	2.048	674.580	520.472	1.756	522.228
Ativos Fiscais	3.855.649	105.380	3.961.029	3.677.620	(64.991)	3.612.629
Correntes	337.614	-	337.614	170.219	-	170.219
Diferidos ⁽⁵⁾	3.518.035	105.380	3.623.415	3.507.401	(64.991)	3.442.410
Investimentos ⁽⁶⁾	155.556	33.393	188.949	175.584	2.571	178.155
Imobilizado de Uso ⁽⁴⁾	670.394	234.863	905.257	601.354	238.229	839.583
Intangível ⁽⁴⁾	518.273	(483)	517.790	621.734	(483)	621.251
Total do Ativo	141.976.527	431.216	142.407.743	125.063.684	603.323	125.667.007
Passivo						
Passivos Financeiros	125.310.300	323.138	125.633.438	110.337.043	317.935	110.654.978
Ao Custo Amortizado ⁽⁴⁾	123.662.734	201.950	123.864.684	108.866.711	205.902	109.072.613
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.645.174	-	1.645.174	1.467.921	-	1.467.921
Provisão para Perda Esperada ⁽³⁾	2.392	121.188	123.580	2.411	112.033	114.444
Compromissos de Empréstimos	1.965	121.126	123.091	1.758	112.114	113.872
Garantias Financeiras	427	62	489	653	(81)	572
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.796.895	-	2.796.895	2.668.103	-	2.668.103
Passivos Fiscais	718.063	88.551	806.614	586.806	88.506	675.312
Correntes	437.399	-	437.399	262.728	-	262.728
Diferidos ⁽⁵⁾	280.664	88.551	369.215	324.078	88.506	412.584
Outros Passivos	2.893.794	-	2.893.794	1.802.841	-	1.802.841
Total do Passivo	131.719.052	411.689	132.130.741	115.394.793	406.441	115.801.234
Patrimônio Líquido	10.257.475	19.527	10.277.002	9.668.891	196.882	9.865.773
Capital Social	8.000.000	-	8.000.000	5.200.000	-	5.200.000
Reservas de Capital	5.098	-	5.098	5.098	-	5.098
Reservas de Lucros	2.295.229	190.441	2.485.670	4.760.864	196.513	4.957.377
Outros Resultados Abrangentes ⁽⁶⁾	(194.815)	2.026	(192.789)	(303.874)	369	(303.505)
Lucros Acumulados	148.553	(172.940)	(24.387)	-	-	-
Participação de Não Controladores	3.410	-	3.410	6.803	-	6.803
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	141.976.527	431.216	142.407.743	125.063.684	603.323	125.667.007

Demonstração do Resultado						
	01/01 a 30/09/2024			01/01 a 30/09/2023		
	BRGAAP	Ajustes	IFRS	BRGAAP	Ajustes	IFRS
Receita com Juros e Similares ⁽¹⁾	11.577.053	(79)	11.576.974	11.167.656	(50.223)	11.117.433
Despesas com Juros e Similares ⁽⁴⁾	(7.626.291)	(13.654)	(7.639.945)	(7.558.173)	(2.298)	(7.560.471)
Receita Líquida com Juros e Similares	3.950.762	(13.733)	3.937.029	3.609.483	(52.521)	3.556.962
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	65.360	-	65.360	(192.117)	-	(192.117)
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	85.903	-	85.903	41.939	-	41.939
Receita de Prestação de Serviços	1.835.814	-	1.835.814	1.664.080	-	1.664.080
Perdas com Ativos Financeiros, Líquida ⁽³⁾	(683.464)	(379.302)	(1.062.766)	(825.957)	216.989	(608.968)
Operações de Crédito	(682.937)	(355.860)	(1.038.797)	(826.414)	182.748	(643.666)
Demais Ativos Financeiros	(527)	(23.442)	(23.969)	457	34.241	34.698
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.412.524)	43.697	(4.368.827)	(3.785.395)	11.940	(3.773.455)
Despesas de Pessoal	(1.886.393)	-	(1.886.393)	(1.807.705)	-	(1.807.705)
Outras Despesas Administrativas ⁽⁴⁾	(1.363.362)	14.531	(1.348.831)	(1.239.759)	11.940	(1.227.819)
Despesas Tributárias	(410.259)	-	(410.259)	(376.811)	-	(376.811)
Resultado de Participação em Coligadas ⁽⁶⁾	64.829	29.166	93.995	77.697	-	77.697
Outras Receitas Operacionais	173.480	-	173.480	350.898	-	350.898
Outras Despesas Operacionais	(605.514)	-	(605.514)	(459.589)	-	(459.589)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(385.305)	-	(385.305)	(330.126)	-	(330.126)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	841.851	(349.338)	492.513	512.033	176.408	688.441
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(209.716)	170.326	(39.390)	55.020	(79.384)	(24.364)
Correntes	(357.175)	-	(357.175)	(270.733)	-	(270.733)
Diferidos ⁽⁵⁾	147.459	170.326	317.785	325.753	(79.384)	246.369
Lucro Líquido do Período	632.135	(179.012)	453.123	567.053	97.024	664.077

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
GASPAR SAIKOSKI
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JORGE LUIS TONETTO
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MARCELO WILLMSSEN
RAFAEL ANDRÉAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

